

ATA DA 1.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ANGRA DO HEROÍSMO RELATIVA AO ANO 2025

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco pelas nove horas e quarenta e cinco minutos, reuniu no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo na sua 1.ª sessão ordinária. Presidiu aos trabalhos o senhor deputado municipal Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha no exercício das funções de presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelas senhoras secretárias municipais: Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira e Rita Belo Santos.

A – PERÍODO DE ABERTURA

A senhora secretária Rita Belo Santos procedeu à chamada, tendo-se verificado as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA:

Ana Margarida Leonardo Silva Fortuna • Arnaldo José da Silveira Teixeira • Carla Alexandra Cardoso Monteiro • Carlos Jorge Belerique Ormonde • Catarina Maria Baptista Gonçalves • Cláudia Alexandra Coelho Cardoso • Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha • Honória de Fátima Dias Leandro Lourenço • João Manuel Machado Enes • José Luís Ferreira Parreira • Lúcio Miguel Borges de Sousa • Manuel Davide Machado da Câmara • Marcelo Leal Pamplona • Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira • Marília Margarida Enes Garcia de Vargas • Melissa Borges Ávila • Paulo Alexandre Ávila Fagundes • Paulo Jorge Pimentel da Silva • Rita Belo Santos • Sandra da Silva Mendes • Valdeci Purim.

GRUPO MUNICIPAL DA COLIGAÇÃO (PPD/PSD – CDS-PP – PPM):

Alberto Gonçalves de Melo • André Melo Castro • Basílio Narciso de Sousa • Bruno Miguel Ferreira Fagundes • Carlos Henrique da Costa Neves • Cesário Alberto Ferreira Pamplona • Elsa Maria Costa da Silva Carvalho Costa • João Alexandre de Sousa Barata Feio de Oliveira • Luís Carlos Cota Soares • Luís Manuel Mendes Leal • Luís Miguel Melo Machado • Luísa da Costa Barcelos • Magda Cecília Borges Cardoso • Magda Patrícia Ferreira de Ávila • Maria Cecília Narciso Vieira Sousa Costa • Mário José Martins Cardoso • Paulo Duarte Gomes • Vítor Bruno Costa Pereira.

CÂMARA MUNICIPAL:

Presidente: José Gabriel Álamo de Meneses.

Vereadores: Brites Baldaia do Rego Botelho Mendonça Cunha • Fátima da Conceição Lobão Santos da Silveira Amorim • Guido de Luna da Silva Teles • Maurício Manuel Lima Toledo • Paulo Alexandre Silva Lima • Sandra Maria de Sousa Garcia.

A senhora deputada municipal Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira assumiu as funções de 1.ª secretária da Mesa.

Posta à discussão e votação sem que se verificassem quaisquer intervenções, a ata da 5.ª sessão ordinária do dia 06 de dezembro de 2024 foi aprovada por maioria com seis abstenções.

O senhor presidente da Mesa procedeu à leitura do expediente, dando conta do seguinte:

▪ **Da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores:**

- Um Voto de Saudação pelo centenário do nascimento do padre Manuel Coelho de Sousa.
- Um Voto de Congratulação pela realização da 5.ª edição do «Azores Bravos Trail».
- Um Voto de Congratulação ao Clube de Judo de Angra do Heroísmo pelas conquistas no 35.º aniversário do Judo Clube Pragal/Almada.

▪ **Da Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas:**

- Um ofício dando conta do seguinte:

«Pronúncia conjunta – encerramento da estrada entre o Raminho e a Serreta.

Na sequência do vosso ofício com referência n.º 127 de 18 de dezembro de 2024, cumpre-nos informar que o procedimento para a contratação da empreitada obteve três propostas, sendo que o júri já analisou as mesmas. O despacho de adjudicação já foi assinado, seguindo-se a assinatura do contrato e envio ao Tribunal de Contas. Após a obtenção do respetivo visto, a empreitada poderá ter o seu início.

*Com os melhores cumprimentos,
A senhora Chefe do Gabinete.»*

▪ **Do CDS-PP:**

- Um ofício dando conta de um Voto de Congratulação ao Clube de Judo de Angra do Heroísmo pelas conquistas no 35.º aniversário do Judo Clube Pragal/Almada.

▪ **Da Coligação (PPD/PSD – CDS-PP – PPM):**

- Um requerimento acerca da escola das Cinco Ribeiras cujos esclarecimentos foram remetidos aos respetivos subscritores.

B – PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve intervenções da parte do público presente.

C – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Sra. d. m. Luísa Barcelos – Muito bom dia senhor presidente e senhoras membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores deputados municipais.

Gostaríamos de saber o ponto da situação acerca da empreitada do mercado municipal que está encerrado desde o dia 31 de dezembro e para quando se prevê arrancar com a obra.

Penso que já deixámos aqui a sugestão, mas voltamos a reiterá-la. Atendendo à sua dimensão e importância, pergunto se será possível disponibilizar um croqui virtual para que fiquemos a saber como vai ficar o mercado municipal no que diz respeito ao acesso do público, envolvendo assim os angrenses nesta obra, há muito almejada por todos.

Sr. presidente da Câmara – Bom dia senhor presidente e senhoras membros da Mesa, senhores deputados municipais, senhor vice-presidente da Câmara e senhores vereadores.

A obra do mercado municipal está já a decorrer do ponto de vista físico com a demolição e retirada de alguns elementos, os quais se entendeu que deveriam ser preservados, como um chafariz em pedra e outras estruturas de bom material.

Esta semana chegou o último parecer que faltava e o empreiteiro já recebeu a autorização para iniciar a obra do mercado municipal quando entender; não sei exatamente quando o fará, mas está já a mobilizar os recursos necessários para montar o estaleiro e dar início à obra. O consórcio é o mesmo que está a realizar a obra da residência universitária, portanto haverá partilha de recursos e de estaleiros, uma parte que ficou facilitada.

Quanto à sugestão referida pela senhora deputada Luísa Barcelos, não o tínhamos feito porque o projeto ainda não estava aprovado. Os últimos pareceres vieram da Proteção Civil e da área da saúde e felizmente não foi preciso fazer alterações. Nesta altura o projeto pode ser tornado público porque está na sua versão absolutamente final e vamos falar com o empreiteiro para sabermos se possui alguma simulação do ponto de vista da imagem.

Sra. d. m. Elsa Costa – Bom dia senhor presidente e membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas.

Pergunto ao senhor presidente da Câmara se deu por concluída a obra da central de camionagem do cerrado do Bailão porque tem havido queixas por parte das pessoas, que dizem que aquele espaço é muito desagradável porque apanham chuva e frio nos dias mais ventosos.

As tampas do sistema de escoamento de águas continuam a saltar quando chove muito. Aconteceu mais uma vez na marina e daqui a dias ainda se vai dizer que há pedras-pomes a flutuar naquela zona e também na Prainha. Acho que este assunto já foi debatido e o senhor Guido Teles disse que estava tudo pronto, estavam à espera de novos materiais e esta situação não voltaria a acontecer, contra aquilo que dissemos que não foram tomadas medidas.

Sr. presidente da Câmara – A central de camionagem está concluída e tem uma sala de espera que não está a funcionar por razões que têm a ver com a empresa operadora dos transportes. Quem conhece o espaço, sabe que, de um lado existe um bar e do outro, uma sala de espera para as pessoas aguardarem a chegada dos autocarros em dias de mau tempo. Essa sala deveria ser operada pelo concessionário dos transportes coletivos, que optou por

não a abrir porque achou que não seria necessário, e o espaço passou a servir de armazém ao café, embora a título precário; entretanto houve uma mudança na administração e fomos informados que a empresa pretendia abrir a sala. Lembro que esta situação tem a ver com a concessionária, a EVT, e não com o município.

Infelizmente, as tampas vão continuar a saltar um pouco por toda a cidade devido a um problema estrutural na rede de esgotos, sendo que, muitos dos nossos munícipes ligaram os pátios e algerozes à rede errada. Temos uma rede com duas condutas separadas, uma para a água da chuva e a outra para os esgotos mas, em muitos casos, quando as pessoas fazem obras nas suas casas, em vez de canalizarem as águas dos telhados e dos pátios para a rede pluvial, fazem-no para a rede de esgotos que não está dimensionada para transportar também as águas pluviais.

Quando ocorrem chuvadas muito intensas, as tampas saltam, também como medida de segurança, mas preferiríamos que tal não acontecesse. Apesar de não serem graves para o sistema de esgotos, estas situações implicam algum grau de gravidade para o trânsito porque há sempre o risco de alguém um dia meter uma roda numa abertura que tenha a tampa deslocada; contudo, temos uma equipa que, quando chove mais intensamente, percorre imediatamente a cidade para resolver rapidamente a situação.

Temos muitas centenas de casas com ligações cruzadas. Esta questão das tampas de esgoto apenas poderá ser resolvida à medida que as pessoas forem fazendo as ligações às redes adequadas quando efetuarem obras nas suas casas. Coisa diferente é um acidente que aconteceu mais uma vez junto à moagem e tem a ver com a conduta da estação elevatória existente lá em baixo que, felizmente, tem agora apenas cerca de 30 % de afluência de esgoto desde que se mudou a rede. A estação está ligada à praça de touros por uma conduta em PVC que deveria ter sido construída em aço e fica sujeita a grandes pressões, principalmente na sua parte inferior entre a estação e a zona junto à antiga TERCON.

As bombas da estação elevatória não funcionam em permanência. Quando o tanque atinge um determinado nível, a bomba arranca e acontece um choque hidráulico que, por vezes, faz com que as condutas se desencaixem ou se partam.

Segundo anunciou o senhor vice-presidente Guido Teles, temos um projeto para a substituição desta conduta por uma outra em aço. Infelizmente, quando pretendíamos lançar o concurso uns tempos depois do início da guerra na Ucrânia, aquilo que se estimaria custar cerca de trezentos mil euros, está a aproximar-se dos dois milhões devido ao aumento do preço do aço. Temos vindo a remediar a situação dentro do possível para evitarmos gastar todo este dinheiro já que, provavelmente, não haverá a possibilidade de obtenção de cofinanciamento. Espero que o aço volte aos preços normais porque este não é um investimento urgente.

Quanto à questão da existência de esgoto no mar – que era o que a senhora deputada pretendia dizer quando fez referência às pedras-pomes – digo-lhe que não se preocupe porque não há no mar, pedras-pomes de qualquer natureza e espero que esse problema tenha ficado definitivamente ultrapassado com a entrada em funcionamento da estação elevatória do parque de estacionamento da praça de touros. Todo o esgoto da cidade e

arredores afluía ali para ser enviado para cima, mas já não é assim; ali em baixo existe apenas o esgoto da parte baixa da cidade, um volume cerca de 30 % inferior ao anterior, já que a grande maioria está a seguir diretamente para a estação elevatória situada no parque de estacionamento da praça de touros e enviada diretamente para a estação de tratamento.

Logo que a Câmara Municipal considere adequados os preços do aço, aquela conduta terá que ser necessariamente substituída por uma outra em aço porque as pressões a que a mesma está sujeita excedem em muito as especificações das condutas em PVC. Este é um problema com origem na construção da rede de esgotos, que não pode ser facilmente resolvido.

Sra. d. m. Marília Vargas – Bom dia senhor presidente da Assembleia Municipal e senhoras membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores deputados municipais. Cumprimento também o público aqui presente e quem nos vê e ouve lá em casa.

Congratulamo-nos com a adjudicação da empreitada de estabilização do talude da estrada do Raminho, uma boa notícia para o nosso concelho, que peca por tardia porque o sismo que esteve na origem da derrocada que impossibilitou a circulação nesta estrada ocorreu a 14 de janeiro de 2024, portanto, há mais de um ano. Foram sucessivos os atrasos para qualquer anúncio num desrespeito e desconsideração para com os habitantes destas freguesias e todos os terceirenses. Estamos a falar de uma via fundamental para os acessos básicos, para o transporte escolar e até para a assistência médica e o Governo Regional tem deixado estas populações sem resposta; felizmente, ouviu a nossa pronúncia, mas deveria ter agido mais atempadamente e esperemos que as coisas decorram com a maior celeridade possível para o bem destas populações que têm sido bastante defraudadas com toda esta situação.

Trago também aqui para análise e reflexão o impacto que o incêndio do HDES (Hospital do Divino Espírito Santo) de Ponta Delgada tem tido na falta de investimento no HSEIT (Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira). Na minha opinião, o hospital modular foi uma opção desastrosa já que, inicialmente, tinha um custo previsto de dez milhões de euros, neste momento vai já em quarenta milhões e estamos a falar de uma opção transitória, mas não vou entrar muito por aí porque não estamos aqui para fazer política regional.

É óbvio que estamos solidários com o que aconteceu no HDES e esperemos que as coisas se resolvam pelo melhor, mas pergunto se não seria uma boa altura para se investir mais no HSEIT. Já repararam que, cada vez que se discute este assunto, alguns comentadores políticos tentam passar a imagem que o HDES é o principal hospital da região e põem o HSEIT em segundo plano? Pergunto se é isto que queremos para o nosso hospital que, noutras circunstâncias, foi o hospital de referência. Lembro que, na altura do início da Covid-19, andávamos todos cheios de medo, ninguém conseguia prever a evolução deste vírus nem as situações que o mesmo iria causar e o HSEIT foi o hospital de referência. Os doentes suspeitos de estarem infetados pela Covid-19 tinham indicação para serem evacuados para o nosso hospital que possuía o único laboratório capaz de fazer o diagnóstico da SARS-Cov-2. Mal se ouviu dizer que este vírus poderia chegar a Portugal, o HSEIT preparou-se atempadamente;

fomos os primeiros a fazer esse diagnóstico, uma situação que se manteve durante algum tempo.

O Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira tem capacidade para se posicionar melhor na saúde regional e poderia ajudar o Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada nesta resposta que é precária. Neste contexto, é importante falarmos também do Laboratório de Hemodinâmica, um projeto muito bem sugerido pela nossa direção clínica, que não está a ser consensual por parte das forças partidárias da ilha e esta é uma boa altura para se obter esse consenso.

Como decerto todos sabem, além da Cardiologia, neste Laboratório de Hemodinâmica, podem funcionar outras especialidades como a Cirurgia Vascular, a Nefrologia e até a Cirurgia Geral. Poderíamos ser uma opção para os utentes que neste momento não estão a ter resposta no HDES. Montando cá este laboratório, eventualmente até com recursos humanos do próprio HDES e equipas vindas de fora, poderíamos ser uma grande ajuda nestas respostas. Estas opções devem ser mantidas em cima da mesa para que possamos ser a tal redundância de que se tem falado, algo que deve acontecer ao nível do público e não do privado. O HSEIT tem infraestruturas e todas as capacidades para ser essa redundância.

Não posso deixar de comentar também a carta que foi enviada pela direção clínica/presidente do conselho de administração do HDES à nossa diretora clínica, uma atitude extremamente arrogante e até atrevida, aproveitando-se da ausência de um presidente do conselho de administração no HSEIT, uma situação que traz uma grande fragilidade ao nosso hospital.

Esta ausência de liderança, de um presidente do conselho de administração no nosso hospital, já vem de trás. Tem havido sucessivas alterações na presidência do conselho de administração, o que nos causa muita instabilidade e assim é-nos difícil posicionar-nos como merecemos e pretendem os profissionais de saúde do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira. Quero felicitar e congratular a nossa diretora clínica, que tornou essa carta pública, mantendo-se forte e firme. Não tive a oportunidade de lho dizer pessoalmente, mas é este tipo de defesa que precisamos para a nossa ilha.

O relatório sobre os estragos provocados no Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada foi tornado público na comunicação social e escondido – digamos assim – pelo Governo Regional. Esse relatório é interessante porque contém uma listagem dos equipamentos que foram danificados pelo incêndio; não vejo que nela constem equipamentos de ordem clínica, mas depois vejo listagens de equipamentos que foram adquiridos com um custo de milhões de euros. Estamos a falar de Ecógrafos, Ressonâncias e Torres de Laparoscopia, quando temos no HSEIT desde 2021, um pedido para a aquisição de uma Torre de Laparoscopia 3D, que tem sido adiado de ano para ano com a justificação de falta de verbas que, supostamente ficam contempladas no orçamento daquele ano, mas nunca aparecem. Pergunto como há todos estes milhões para material que não foi danificado pelo incêndio no HDES e não os há para o HSEIT. Temos que refletir sobre estas situações e sobre a posição do HSEIT na saúde regional.

Sra. d. m. Elsa Costa – Apesar da adjudicação da central de camionagem, o senhor presidente da Câmara é o primeiro responsável e esta situação não é de agora. As pessoas continuam a apanhar chuva e se o senhor presidente não puder fazer nada, ao menos pressione a empresa adjudicatária até que o assunto se resolva.

Em relação às pedras-pomes, as palavras não são minhas, foi o senhor presidente da Câmara que uma certa vez deu esse nome às fezes que andavam a boiar na Prainha. Antes da guerra na Ucrânia, o senhor Guido Teles disse que a situação seria resolvida mas tem sido adiada da vossa parte e, pelos vistos, vai manter-se por muito tempo. Recebemos turistas e outras pessoas que vêm de fora e aquela situação pode voltar a acontecer a qualquer hora. Custando dois milhões ou não, o senhor deveria ter resolvido a situação mais cedo.

Sr. presidente da Câmara – Pedi a palavra na sequência da intervenção anterior e não desta, sobre a qual não há muito mais a dizer, e tem-se feito os possíveis para que a empresa adjudicatária resolva o problema.

Quanto às duas questões aqui trazidas pela senhora deputada Marília Vargas, em primeiro lugar e da mesma maneira como criticamos, também devemos louvar e espero que a adjudicação que agora foi feita se traduza numa obra rápida e com qualidade que permita ultrapassar definitivamente os problemas da estrada do Raminho. É um alívio saber que a obra foi adjudicada, até porque a crise sísmica não desapareceu; tem estado um pouco mais calma e com menos visibilidade pública, mas continua, e tivemos recentemente um episódio complexo que nos deixa com algum receio sobre o que possa acontecer.

Dando mais uma vez os parabéns à senhora Secretária Regional por ter finalmente resolvido esta questão, a crise sísmica do vulcão de Santa Bárbara continua a ser uma das grandes preocupações para todos nós. É bom que esta obra decorra com rapidez porque, se acontecer alguma coisa, não temos condições para fazer uma evacuação adequada daquela zona da ilha. As obras que decorrem na outra estrada têm revelado imensas fragilidades e há lá pedras em risco de derrocada.

Acho que devo falar-vos também um pouco da questão da saúde, uma matéria que não tem passado ao lado da atividade do município, até porque temos mantido um conjunto de reuniões com a Câmara do Comércio e contactámos também os senhores presidentes das câmaras municipais da Praia da Vitória e das ilhas vizinhas no sentido de nos mantermos conscientes do que está a acontecer. Foi pedida uma reunião com o senhor presidente do Governo Regional – que já a marcou – para que possamos manifestar as nossas legítimas preocupações acerca do que está a acontecer em matéria de saúde.

Qualquer coisa que digamos a respeito desta matéria, somos logo apodados de bairristas, embora o bairrismo saudável seja importante. Se outros podem ser bairristas em relação à sua ilha, também o podemos ser em relação à nossa, numa defesa clara dos interesses da Terceira onde convergem também os interesses das ilhas vizinhas e até de todas as outras, mesmo a ilha de São Miguel porque, na verdade, a criação de redundâncias é útil para todos, incluindo os micalenses. Não se trata de dividir, mas de unir e de se perceber que não é apenas o investimento que está em causa porque, decerto, se encontrarão as fontes de

financiamento necessárias, nem que haja um aumento da dívida que, com certeza, já ninguém notará.

O problema é o que vem a seguir porque temos 236 mil pessoas a viverem nestas ilhas e não há espaço para um hospital central e mais outros dois. Não há espaço do ponto de vista da casuística, nem dos recursos humanos e financeiros. Se criarmos um gigantesco hospital central em Ponta Delgada, os restantes serão transformados em meros centros de saúde; não tenho dúvidas que é isto que vai acontecer e nada tem a ver com o investimento inicial de trezentos ou quatrocentos milhões. Refiro-me a um prazo mais alargado porque, pura e simplesmente não há gente nem dinheiro suficiente para termos na região, uma estrutura desse tipo a coexistir com o nosso hospital. Não podemos permitir que isto aconteça na ilha Terceira, não nos devemos desviar do assunto e lamento sinceramente que os grupos parlamentares com representação no parlamento regional não tenham levantado esta questão.

O nosso problema não é o investimento, mas o que virá a seguir, ou seja, uma estrutura que vai absorver o resto do sistema. Esta é provavelmente uma das situações mais graves dos últimos anos para o equilíbrio entre as nossas ilhas e para o futuro da Terceira.

Aproveito para louvar também a senhora diretora clínica do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, que teve a coragem de fazer o que fez perante o verdadeiro *bullying* institucional que aconteceu aqui e também a liderança que a Câmara do Comércio tem tido nesta matéria, uma voz forte na ilha. É de louvar também a Mesa do nosso Conselho de Ilha por liderar o pedido de reunião com o senhor presidente do Governo Regional que nos receberá na próxima semana, onde terá que ser dito o que aqui estou a dizer e espero vir a ser ouvido.

Não posso deixar de lamentar também que a senhora Secretária Regional da Saúde tenha tomado uma posição que não é de uma secretária regional, dizendo que não podia resolver por se tratar de um assunto político. Se a senhora não está lá para fazer política, é melhor dedicar-se à medicina porque, provavelmente, será mais útil no seu hospital em vez de tomar estas posições que não são atitudes de quem tem que decidir. Quem assume um cargo de secretário regional, assume necessariamente um cargo político e terá que decidir, para o bem ou para o mal, dizendo sim ou não, em vez de se refugiar atrás de uma pretensa tecnicidade que não existe. Um secretário regional é um político e não um técnico, está numa estrutura de topo da gestão política da nossa região, é como político que tem que se assumir e não lhe pode ser permitido esconder-se atrás de pretensas tecnicidades. Assim como sou o responsável pela paragem dos autocarros, a senhora Secretária Regional da Saúde é muito mais responsável pelo que está a acontecer nos hospitais.

Volto a referir que não podemos deixar de falar porque isto viola aquilo que deve ser o equilíbrio regional e as expectativas do desenvolvimento harmónico da nossa região, pondo em causa a médio prazo, a existência de uma estrutura de saúde nesta ilha que nos sirva e sirva também os nossos vizinhos das ilhas aqui ao lado.

Aproveito para lembrar que este é um assunto muito antigo, vem dos anos oitenta, teve várias versões e foram tomadas posições muito duras que levaram, por exemplo, à construção

do novo hospital da ilha Terceira. Estamos a falar de uma vontade antiga e persistente e se não houver quem a contrarie, vamos cair na centralização da saúde. O que, infelizmente, hoje dizemos a respeito dos aviões, daqui a dias diremos acerca dos médicos.

Sr. d. m. João Enes – Cumprimento o senhor presidente da Assembleia e as senhoras membros da Mesa, o senhor presidente e o senhor vice-presidente da Câmara, as senhoras e os senhores vereadores, as senhoras e os senhores deputados municipais. Muito bom dia a todos.

Sou profissional de saúde há mais de trinta anos e nessa qualidade sinto também o dever de falar. Passei por muitas experiências, atrevo-me a dizer que conheço o Serviço Regional de Saúde de fio a pavio e o que temos observado é que o mesmo não será garantido como até hoje. Se as coisas continuarem nestes moldes, a breve trecho vamos pôr em causa a própria autonomia, porque não há autonomia sem dinheiro e vamos ficar encostados à parede.

Sou a favor da sustentabilidade e que a ilha de São Miguel tenha um hospital na devida dimensão mas, um hospital com 27 anos é considerado velho e é preciso construir um novo? Construimos um novo hospital na ilha Terceira porque o anterior tinha cerca de sessenta anos. Estamos a pôr em causa tudo o que foi feito até aqui e o mais certo é que o HSEIT passe a ter apenas valências básicas porque não há atratividade para que os médicos ou outros profissionais de saúde se fixem cá. Como disse a senhora deputada Marília Vargas, não havendo Hemodinâmica, não se fixarão cá outros profissionais de Urologia, Cirurgia Vasculuar, Neurologia, Cardiologia, etc.

De acordo com a Constituição da República, os habitantes de todas as ilhas devem ter cuidados de saúde garantidos. De certa forma, isto é utópico mas é para aí que se deve caminhar. Não podemos olhar apenas para um umbigo e esperar que as outras ilhas se vão desenrascando porque o seu desenvolvimento depende da segurança das populações e das acessibilidades rápidas a cuidados de saúde. Já pensaram no impacto financeiro da deslocação de doentes no orçamento da região? Façam as contas. Vai tudo para São Miguel, as outras ilhas ficam desertas, a complementaridade também não existe e o que vejo é um hospital a definir aqui.

Gosto deste hospital e passei pela sua construção desde o rascunho até à inauguração. Custa-me ver isto, custa-me ainda mais saber que vamos ficar para trás e não se trata de demagogia político-partidária, é uma questão de desenvolvimento da ilha Terceira e da região. Este hospital corre o risco de baixar para valências básicas e é a nossa ilha que perde, por isso temos que continuar a lutar para que tal não aconteça.

Estas são questões estratégicas e não clínicas. Como profissional de saúde, também gostaria que tivéssemos cá tudo XPTO. Estamos a falar de *software* topo de gama com Inteligência Artificial para o hospital de Ponta Delgada. Quais são os hospitais que o têm? Precisamos de tudo isso? Também gostaria de ter um Ferrari na garagem, mas não tenho porque o meu orçamento não dá para isso. Então vamos ao que é desejável e possível para garantir a saúde das populações. Desculpem falar assim mas este é um assunto que me incomoda, por isso não me posso calar.

Ainda vão a tempo de reverem tudo o que está a acontecer. Desconheço os valores exatos mas fala-se em onze milhões de euros ou mais para uma estrutura modular da dimensão da que lá foi colocada para apoiar a reabilitação do HDES. Porque não se alugou uma estrutura móvel e mais barata como se faz noutros hospitais? Os equipamentos sem utilização num hospital fechado degradam-se rapidamente e eu subscrevo o que alguém disse: aquele hospital poderia ser aberto num período de oito a dez semanas, o que não aconteceu, com prejuízos a médio e a longo prazo para a nossa região.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – Quero congratular-me com o investimento na residência universitária com financiamento do Governo da República e da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, que criará maiores condições de fixação de estudantes no polo universitário de Angra do Heroísmo, uma mais-valia para o concelho e para a ilha Terceira.

Dando agora conta dos números do turismo do ano 2024, a ilha Terceira foi a que mais cresceu imediatamente a seguir à ilha das Flores. Apresentou um aumento de 16,1 % superior à média regional, o que se deve ao trabalho dos parceiros do setor, nomeadamente: as câmaras municipais, o Governo Regional e a Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo através da organização de diversas iniciativas no período de época baixa, como o Fórum Internacional da Tauromaquia que aconteceu recentemente.

Não posso terminar esta minha segunda intervenção no Período de Antes da Ordem do Dia sem voltar a referir que estamos todos do mesmo lado na defesa dos interesses da ilha Terceira e do concelho de Angra do Heroísmo, mas não podemos compactuar com narrativas que não correspondem à realidade. Quando dizem que devemos congratular o Governo Regional pela adjudicação da requalificação da estrada do Raminho, acho que deveria ter havido maior celeridade no âmbito da administração e da burocracia e espero que se avance rapidamente com a obra em prol da população. É também verdade que ao longo deste tempo houve uma limpeza do talude naquela zona e avançou-se com a pavimentação do caminho florestal.

Podendo ser parca no paralelismo, quando falamos do incêndio no HDES, não podemos esperar que as outras ilhas entendam como prioridade, a intervenção na estrada entre o Raminho e a Serreta e ao mesmo tempo não sejam solidárias perante uma fatalidade única e inédita no país, um incêndio que motivou a evacuação de uma unidade hospitalar. O assunto é muito sério e tem levado a uma nublosa de informação e narrativas numa posição tóxica. Foi criada uma comissão parlamentar de inquérito na Assembleia Legislativa Regional que certamente apresentará todas as conclusões sobre este assunto.

O incêndio no HDES demonstrou a importância de uma redundância entre instituições hospitalares. O HSEIT e o hospital da Horta foram pontos fulcrais numa primeira fase e continuam a sê-lo no tratamento de algumas especialidades.

Foi aqui dito que, no início da pandemia da Covid-19, o HSEIT foi o hospital de referência; é verdade, mas lembro que na altura foi desviado um laboratório do HSEIT para São Miguel para que lá pudessem continuar também a realizar testes.

A exigência de investimentos no hospital da ilha Terceira não é uma questão de bairrismos. O que queremos é um Sistema Regional de Saúde complementar com

redundâncias e, pelo que sei, nunca ouvi a tutela falar em centro hospitalar, a não ser para certas áreas.

É importante referir que também é bairrismo, pugnarmos pela abertura de uma Unidade de Radioterapia que esteve encerrada durante pelo menos dez anos e a área de um edifício abandonada sem utilização, que na altura não foi reativada por uma questão de casuística. A radioterapia foi aberta em 2021 e neste momento conta já com mais de dez mil tratamentos.

Quem teve interesse em ler relatórios do Governo Regional sobre estragos feitos no HDES, deve também ter lido a resposta ao requerimento do grupo parlamentar do PSD em que é feita referência ao investimento que foi feito no HSEIT entre 2021 e 2024, ou seja, 5 622 000,00 € ao nível de equipamentos médicos como: Ecográficos Portáteis, equipamentos de Raios X, Tomografias, etc. No final desta resposta é referido que será reativada a Unidade de Cuidados Coronários que foi desativada aquando da transição do hospital velho para o novo em 2012 e não foi ativada até hoje. É importante que todos pugnemos pela defesa dos interesses da ilha Terceira mas não podemos apagar determinada história quando nos convém.

Sr. d. m. André Castro – Muito bom dia senhor presidente e restantes membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e restante vereação, senhores deputados municipais.

O CDS-PP discorda num ponto referido pelo senhor presidente da Câmara e pela senhora deputada Marília Vargas, recordando que temos sido uma das vozes mais ativas na defesa do HSEIT. Em outubro de 2024 foi o CDS-PP que colocou na agenda política a implementação de uma Unidade de Hemodinâmica neste hospital numa lógica de redundância e complementaridade nos Açores e aquando da mudança para o novo hospital, este espaço foi ocupado com a instalação de equipamentos. Segundo informações que consegui obter, atualmente estão a reformular aquele espaço para que seja possível implementar este serviço no HSEIT.

O CDS-PP sempre defendeu a importância do HSEIT na nossa região e a centralização dos serviços de saúde numa única ilha traz muitos constrangimentos quando existem cada vez mais riscos associados às alterações climáticas que podem comprometer o funcionamento das infraestruturas de saúde. Foi também o CDS-PP que, desde 2012, defendeu a implementação da Radioterapia na ilha Terceira, quando o Partido Socialista sempre defendeu o contrário.

O CDS-PP sempre defendeu a importância do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira e não se percebe algumas críticas feitas pelo Partido Socialista já que, quando foi governo, sempre teve uma atitude letárgica perante este hospital.

Sr. presidente da Câmara – A intervenção do senhor deputado André Castro merece todo o respeito e gostaria de reconhecer o papel que o CDS-PP tem tido na defesa dos interesses da ilha Terceira; aliás, não fora a vossa presença no Governo Regional, não sei onde estaríamos. Estou perfeitamente de acordo com o que o senhor deputado disse, embora sejam conhecidas as minhas discordâncias de vez em quando em relação a algumas coisas do senhor vice-presidente do Governo Regional, que tem tido um papel importante nesta

matéria. Honra lhe seja feita, a defesa da saúde na ilha Terceira, é matéria sobre a qual ele tem agido com visibilidade e capacidade e é pena que os resultados não estejam a surgir como gostaríamos, o que muito nos preocupa. De intenções, estamos todos bem e acabámos de ouvir a intervenção de uma terceirense que parece estar a trabalhar para o outro lado, mas é preciso reconhecer que, do lado da Coligação, há quem se tenha chegado para aquilo que é preciso fazer-se na ilha Terceira.

Sra. d. m. Marília Vargas – Se me referi à Coligação, talvez tenha sido por lapso porque reconheço que o CDS-PP se tem posto ao lado do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, do início do Laboratório de Hemodinâmica e da Radioterapia, e o que falta é a posição do PSD e do Governo Regional que continua omissa.

Lembro-me bem da situação do extrator de RNA na altura da Covid-19 que foi aqui apontado e éramos o único hospital que processava as colheitas o SARS-Cov-2. É verdade que o extrator com maior capacidade de processamento de colheitas que foi encomendado, foi para São Miguel, mas se a senhora deputada ler as atas do Conselho de Ilha, verá que me insurgi em relação a essa situação. Insurgi-me contra o governo do meu partido em defesa da nossa ilha Terceira e dali a um mês tínhamos cá um extrator exatamente igual ao que tinha sido enviado para São Miguel. É para isso que cá estamos, para defender os interesses da nossa ilha, independentemente da cor partidária, o que sempre tenho feito.

No que diz respeito à Radioterapia, as coisas não são bem como vocês as pintam. O hospital foi inaugurado em 2012. Quem era governo na altura? Era o PS. Temos neste hospital, um Bunker de Radioterapia que foi instalado em 2016; entretanto o material de Radioterapia foi para São Miguel e quem começou essa questão dos rácios foi o diretor clínico da «Quadrantes», a empresa privada que gere a Radioterapia, que impôs como condição que deveria ser em São Miguel. Na altura o deputado Francisco César repetiu essas declarações e já pediu desculpa por isso porque foi um erro que cometeu.

O PS tem trabalhado sempre para que houvesse Radioterapia na ilha Terceira. A médica radioterapeuta que está cá a trabalhar, entrou no hospital na altura do governo do PS, o governo do PSD deu continuidade a esse trabalho e acredite que estamos todos muito contentes com isso; estamos muito contentes por haver Radioterapia na ilha Terceira.

Quanto ao investimento de milhões e milhões que tem havido no HSEIT, tenho pena que não tenha dado para as luvas e para os fios de sutura, um material básico que neste momento estamos a racionar no hospital. Eu calço o 6,5 e não há luvas 6,5 no hospital. Há dias tive que operar com umas luvas n.º 6 que me apertam. Acha que temos condições para exercer?

Sr. d. m. João Enes – Como disse na minha primeira intervenção, acompanhei o primeiro rabisco do novo hospital até à sua inauguração e sei muito bem o que ficou estabelecido, mesmo em programa funcional e estrutural, Radioterapia. Se isto foi feito pelo Partido Socialista, alguma intenção havia e não podem dizer o contrário, porque acompanhei todo o processo, incluindo as negociações.

Não basta dizer que queremos e vamos ter Radioterapia porque há todo um processo logístico de instalação de equipamentos, de negociação de espaços e de casuística. Na altura a

empresa disse que era preciso avaliar muito bem os números para verificar se seria rentável e o processo é muito longo. É esta a realidade, por isso é preciso acabar de uma vez por todas de dizer que o Partido Socialista não quis, porque quis e fez. Fiz parte das negociações até ao final, as coisas levam o seu tempo e a instalação de uma Radioterapia não é assim tão simples.

Relativamente ao hospital de Ponta Delgada, o incêndio foi localizado e não teve a dimensão que tentam fazer crer; é evidente que os fumos se espalharam e foi preciso limpar. Sei que assim foi porque acompanhei e fui informado pelos técnicos da Proteção Civil e digo mais: correu-se um enorme risco com o encerramento da urgência sem uma alternativa numa altura de pico do turismo e durante as festas do Senhor Santo Cristo. Se tivesse havido um acidente com um autocarro, não havia alternativa às urgências porque não foi instalada qualquer resposta a esse nível.

As coisas devem ser feitas com responsabilidade e não olhar para o retrovisor. Se a evacuação foi bem feita, outra coisa não seria de esperar porque era a obrigação de quem lá estava. A evacuação foi bem feita mas lamento dizer que, o que foi feito a seguir, não foi o adequado e vamos pagar o preço.

Sr. presidente da Câmara – Quero reforçar a importância deste debate para o futuro da nossa ilha. Não nos devemos substituir aos debates que devem ser feitos na Assembleia Legislativa Regional, mas a verdade é que as autarquias e esta Assembleia Municipal têm também um papel fundamental na defesa dos interesses dos nossos municípios.

Lembro mais uma vez que esta é uma matéria que tem preocupado este executivo camarário e uma boa parte da nossa população, por isso não pode passar ao lado do que é a nossa atividade aqui e também a atividade do nosso Conselho de Ilha que, apesar de não ser um órgão municipal, tem aqui a sua génese porque esta Assembleia está nele, representada. Este assunto não deve passar ao lado das forças vivas desta ilha porque fomos eleitos pelos nossos concidadãos, temos responsabilidades políticas e cabe-nos manter vivo este debate, chamando as coisas pelos seus nomes.

Nem tudo foi perfeito no passado, nem o é no presente, por isso temos que nos unir em torno do futuro. Mais importante do que a discussão do que aconteceu aqui ou em Ponta Delgada, o que nos interessa é garantir que não vai acontecer um movimento que leve a uma perda da nossa centralidade e da capacidade de resposta do nosso sistema de saúde, nem tão pouco a um empobrecimento do que a ilha Terceira tem para oferecer aos seus habitantes e aos habitantes das outras ilhas, porque o nosso hospital transcende os limites da ilha Terceira.

É importante impedirmos que se crie um caminho, do qual não possamos depois sair. Há decisões que, uma vez tomadas, acarretam um enorme peso do ponto de vista dos recursos financeiros e humanos, que são sempre uma das condições limitadoras em matéria de saúde. O tempo de evitarmos a criação desse caminho é agora e todas as outras questões sobre quem fez ou não fez, são manifestamente secundárias perante a importância daquilo que está em debate nos Açores neste momento.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – Estava a ficar preocupada porque o senhor presidente da Câmara ainda não tinha feito um «ataquezinho» a esta terceirense que muito defende os interesses deste município e desta ilha.

Durante a pandemia da Covid-19, houve de facto muitas encomendas, inclusive de máscaras estragadas num fretamento da SATA, que nunca foram usadas mas, mais do que todas estas questiúnculas, concordo totalmente com o senhor presidente da Câmara quando diz que nos devemos unir em torno dos interesses do nosso concelho e da ilha Terceira perante certas tentações de centralismo, que não são novas nem recentes, como o caso da EDA, da SATA e até das Forças Armadas que inicialmente estavam sediadas em Angra e agora estão em Ponta Delgada. É certo que as questiúnculas fazem parte do jogo mas o propósito que nos deve unir é a defesa dos interesses da nossa gente.

D – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

O senhor presidente da Mesa procedeu à habitual leitura dos pontos da Ordem de Trabalhos, informando que os documentos ficariam também disponíveis no servidor de ficheiros do município.

1. DA CÂMARA MUNICIPAL:

1.1 – Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, relativa à atividade municipal desenvolvida durante o período de 1 de novembro de 2024 a 31 de janeiro de 2025, bem como informação sobre a situação financeira da Câmara, para apreciação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – A atividade do município seguiu a sua normalidade no período em análise. Do ponto de vista do pessoal, temos a lamentar o falecimento de um dos nossos trabalhadores, à semelhança do que tem acontecido nos últimos anos, sendo que o número de trabalhadores do município se mantém estável. Foram preenchidos dois lugares que tinham sido autorizados por esta Assembleia no ano passado, um dos outros concursos continua a decorrer e temos um número de trabalhadores na casa dos trezentos.

Do ponto de vista financeiro, atravessámos algumas dificuldades no fim do ano devido a um investimento muito grande que fizemos em habitação e não fomos ressarcidos de imediato porque, infelizmente, o IHRU demorou muito a pagar. Apesar de termos muito dinheiro do ponto de vista contabilístico, do ponto de vista da caixa, as coisas não andaram assim porque tivemos muito dinheiro investido em habitação sem que o tivéssemos recebido a tempo. Felizmente a situação alterou-se nestes últimos dias porque esta manhã tive a belíssima notícia que recebemos mais dois milhões de euros, o que nos permitiu voltar à normalidade financeira. Foi um fim de ano diferente do normal porque não quisemos deixar ficar mal os nossos fornecedores e pagámos com o nosso próprio dinheiro à espera dos fundos do PRR, o que finalmente aconteceu.

A execução financeira em 2024 foi muito boa e terminámos o ano na casa dos 92 %. Foi um excelente ano financeiro, dos melhores de sempre do ponto de vista da despesa e da receita com os investimentos devidamente pagos. Em 2024 reduzimos também o endividamento municipal em 1,7 milhões de euros, o que nos aproxima do endividamento zero e nos deixa numa situação muito confortável do ponto de vista da dívida municipal.

Nesta altura a dívida do próprio município é inferior a dois milhões de euros e não a liquidámos totalmente porque não vale a pena devido aos juros que temos; mais vale deixar andar por ser uma boa aplicação financeira.

Temos um problema no que diz respeito ao empréstimo que foi feito pela Câmara Municipal para a habitação social que é totalmente pago pelo Governo Regional e pelo IHRU. Houve um atraso enorme nas transferências e o último pagamento que recebemos foi referente ao primeiro semestre de 2023. Até agora não recebemos qualquer ressarcimento referente também a todo o ano de 2024 e estamos à espera que o Governo Regional faça a transferência de cerca de um milhão de euros. Tirando esta situação menos boa, estamos bem do ponto de vista financeiro.

No que respeita às obras, as coisas decorreram também com normalidade, apesar de alguns concursos terem ficado desertos. Mais uma vez, não houve concorrentes para a obra de asfaltamento da subida do Lameirinho entre a Ermida do Desterro e a rotunda de São Rafael, o que significa que o concurso ficou deserto pela quarta vez, e o mesmo aconteceu com a obra de construção de um armazém-paiol para o Exército ali no RG1 que visa substituir o armazém que existe do lado de cá para que se possa abrir ao público sem restrições, todo este lado do Monte Brasil. Ainda não nos foi possível atingir esse objetivo porque o concurso ficou mais uma vez deserto.

As obras de maior vulto estão também a decorrer com normalidade. A obra da Igreja de São João Batista no Regimento de Guarnição N.º 1 está a correr bem, sem dificuldades e dentro dos prazos, assim como a reconstrução de um edifício, também no RG1, que será um centro interpretativo. Ambas as obras são financiadas pelo PRR.

As obras de estradas têm tido alguns atrasos, mas nada que estivesse de fora das nossas expectativas porque, infelizmente, temos apenas duas empresas nesta ilha habilitadas para fazerem asfalto.

Quanto às obras do 1.º Direito e do PRR, pedirei depois ao senhor presidente da Mesa que permita que a senhora vereadora Fátima Amorim nos faça o relatório da situação que é também necessário para um dos pontos da nossa Ordem de Trabalhos referente à ratificação de um potencial de empréstimo.

Não há nada a apontar quanto ao funcionamento normal do município. As coisas têm decorrido também com toda a normalidade no que diz respeito à área da promoção de eventos, sendo que a época do Natal correu muito bem com todo o comércio a reportar muito boas vendas. Este ano o sorteio daquelas senhas bateu recordes de adesão, foi uma época boa para os comerciantes desta terra e as coisas decorreram de acordo com o que pretendíamos.

Uma preocupação que se tem mantido ao longo deste período é a questão da crise sismovulcânica de Santa Bárbara, que temos vindo a acompanhar, tomando as medidas necessárias. Melhorou-se mais uma vez as comunicações e adquiriu-se um antigo centro de retransmissão dos correios na Serra da Ribeirinha onde estavam os feixes hertzianos que ligavam à ilha de São Miguel. Adquirimos essa propriedade e estamos a desenvolver os procedimentos necessários para instalar ali retransmissores para as estações de rádio e televisão para que não fiquemos com silêncio rádio na zona sul da ilha na eventualidade de um corte nas transmissões a partir da Serra de Santa Bárbara. Esse trabalho está a decorrer e esperamos que nos próximos meses seja possível instalar retransmissores para a RTP/RDP e para as diversas rádios locais para efeitos de redundância na cobertura do concelho.

É importante referir uma outra questão que não tem diretamente a ver com a atividade municipal; refiro-me ao incêndio grave que aconteceu na fábrica de laticínios, uma estrutura para a qual não temos redundância e é vital para o processamento do leite, que não pode esperar e tem que ser processado. Felizmente, com muita coragem e profissionalismo dos nossos bombeiros, foi possível conter o incêndio naquela estrutura, permitindo salvar o funcionamento da fábrica. Se o incêndio se tivesse expandido à zona das caldeiras, toda a fábrica pararia e seria uma verdadeira catástrofe para a lavoura desta ilha. Expresso as minhas palavras de louvor e agradecimento aos homens e mulheres que lá estiveram e fizeram um trabalho extraordinário, demonstrando uma enorme coragem. Assisti à sua entrada naquela estrutura e não gostaria de ter feito aquilo. Fizeram realmente um trabalho que merece o respeito de todos nós.

Embora não se tratando de trabalho direto do município, gostaria de referir duas boas coisas que aconteceram nos últimos tempos: o lançamento da primeira pedra do edifício para a residência de estudantes no campus da Universidade dos Açores, já aqui referido, uma estrutura que é fundamental porque uma universidade não pode funcionar com estudantes recrutados nos, pouco mais de cinquenta mil habitantes da ilha Terceira. O nosso campus universitário tem necessariamente que recrutar alunos de outras ilhas ou mesmo do exterior do arquipélago, por isso é fundamental uma oferta residencial adequada. A criação daquela residência é essencial para garantir a estabilidade futura do polo universitário na ilha Terceira e foi com esse objetivo que o município de Angra se comprometeu a apoiar financeiramente.

Esperemos que esta estrutura seja quase integralmente financiada pelo PRR; caso tal não aconteça, será o município a assumir a diferença entre o custo da obra e o financiamento do PRR, permitindo à universidade fazer este investimento sem sacrificar verbas próprias.

A outra boa notícia foi o lançamento da primeira pedra da reconstrução do Convento das Concecionistas, a maior ruína da nossa cidade neste momento provocada pelo sismo de 1980. É de facto uma notícia extremamente boa porque permite eliminar uma ruína e recuperar um património de grande valor. Dou os parabéns ao Governo Regional por ter aceiteado o cofinanciamento daquela obra da Santa Casa da Misericórdia que foi iniciada com financiamento integral do município, ou seja, a reconstrução da parte da igreja e estruturas adjacentes. Ao fazer essa obra, o município criou as condições para que a mesma tivesse continuidade e possamos finalmente tirar aquele espaço da ruína.

Espero que um caminho semelhante seja seguido no Livramento cuja reconstrução da igreja foi também financiada pelo município e seja rapidamente acompanhada pelo restauro do claustro anexo para que aquele espaço cheio de história possa também ser fruído pela cidade.

Ainda no que diz respeito a edifícios abandonados, temos vindo a manter uma negociação em relação ao edifício do antigo hospital, o que não tem sido fácil; não se chegou a nenhuma conclusão mas estamos a trabalhar com o objetivo de eliminarmos mais uma ruína que muito contribui para a degradação da imagem da nossa cidade.

Felizmente, foi vendido mais um dos lotes dos Celeiros, permitindo que aquele espaço vá voltando paulatinamente à sua normalidade, tal como aconteceu com a outra grande estrutura, a antiga fábrica de laticínios da Grotta do Vale, que está plenamente recuperada e o assunto está ultrapassado.

Há um conjunto de privados que estão a investir fortemente na cidade e uma outra boa notícia é que já se encontra licenciada a obra de reconstrução da antiga Pensão Lisboa ali no Pátio de Alfândega, um outro espaço emblemático da nossa cidade que voltará à vida ao longo deste ano. Assim vamos consolidando com qualidade a reconstrução do núcleo histórico da nossa cidade.

Peço agora ao senhor presidente da Mesa da Assembleia que conceda a palavra à senhora vereadora Fátima Amorim para nos fazer um relatório mais circunstanciado dos investimentos em habitação.

Sra. vereadora Fátima Amorim – Muito bom dia senhor presidente da Assembleia e membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

Começo por fazer o ponto da situação da execução do PRR até à data de hoje. Como referi na última sessão da Assembleia Municipal, estão aprovadas pelo IHRU (Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana) dezasseis candidaturas que totalizam 35 milhões de euros de investimento praticamente em todas as freguesias do concelho, à exceção de algumas candidaturas referentes ao bairro do Lameirinho.

Continuamos a aguardar a aprovação das restantes candidaturas que ficaram de fora dos 26 mil fogos que estavam inicialmente previstos para o PRR. Houve mais de 56 000 fogos candidatados e segundo o que nos foi transmitido pelo senhor presidente do IHRU, em breve sairá uma resolução para financiamento de mais dez mil fogos, candidaturas que esperamos ver aprovadas além das 26 mil. O grau de maturidade dessas candidaturas é elevado e os projetos estão prontos para lançarmos os respetivos concursos públicos.

Temos seis bairros concluídos com as habitações entregues que permitiram o regresso de 95 famílias às suas casas após termos feito uma adequação da tipologia ao agregado familiar, permitindo melhores condições de habitabilidade a 269 pessoas do concelho de Angra do Heroísmo.

Continuam sete bairros em execução e o concurso de um dos lotes do Lameirinho será adjudicado muito em breve. O Lameirinho foi dividido em sete lotes com sete concursos públicos, três já foram lançados, um está em fase de adjudicação, outro em análise de

propostas e quanto ao último, ainda não terminou o prazo para a entrega de propostas. Temos mais de 326 habitações aprovadas pelo IHRU, algumas com a reabilitação a decorrer e outras com a previsão de se iniciar brevemente.

No caso dos bairros do município, falta-nos a aprovação de oito candidaturas com quinze milhões de euros referentes à reabilitação e 123 habitações, além da construção de quarenta novas habitações. Lembro que todos estes projetos estão prontos para que sejam lançados os respetivos concursos.

O município preparou candidaturas de mais de 130 casas de beneficiários diretos, sendo que as primeiras começaram a ser aprovadas. Neste momento temos quinze candidaturas aprovadas de beneficiários diretos e o município assumiu a responsabilidade dos processos de empreitada de catorze dessas mesmas candidaturas. Estamos a tratar com os gabinetes de arquitetura na preparação dos projetos e especialidade para que essas obras possam também ter início.

O município respondeu de forma afirmativa a um ofício enviado pelo IHRU, questionando se teríamos a possibilidade de participar na análise das candidaturas que foram submetidas, porque temos interesse na reabilitação das habitações dos beneficiários privados. Estamos a aguardar o envio do contrato por parte do IHRU e a preparar formação para que os nossos técnicos disponham de todas as ferramentas necessárias para uma análise correta dessas mesmas candidaturas. Das, mais de 130 candidaturas que o município apresentou, estamos a aguardar que nos indiquem aquelas que iremos analisar.

Referi também em sessões anteriores desta Assembleia Municipal, que foram apresentadas candidaturas de quatro juntas de freguesia do concelho; duas delas já viram as suas candidaturas aprovadas cujos processos de reabilitação estão a decorrer, faltando-nos ainda a aprovação da candidatura de duas juntas de freguesia.

Quando foi apresentada nesta Assembleia a Estratégia de Desenvolvimento Local, além da reabilitação de habitações do município, existiam no âmbito do PRR, outras medidas respeitantes à reabilitação de habitações de privados com vista à melhoria das suas condições de habitação, financiadas com orçamento próprio do município num valor que neste momento já ultrapassa os setecentos mil euros.

No âmbito da Estratégia Local de Habitação, constava também uma medida referente ao arrendamento, complementar às medidas do Governo Regional, que neste momento já ultrapassa os trezentos mil euros de investimento no apoio ao arrendamento. Ficarei disponível para quaisquer esclarecimentos que necessitem.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Aproveito para cumprimentar o senhor presidente da Assembleia e as senhoras secretárias da Mesa, o senhor presidente da Câmara, as senhoras e os senhores vereadores, as senhoras e os senhores deputados municipais aqui presentes.

Senhor presidente da Câmara, quero falar-lhe da escola EB1/JI das Cinco Ribeiras e peço-lhe que não me dê as respostas que já constam no nosso requerimento... (*Interrupção na gravação áudio por seis segundos*). Portanto, não me responda ao que já consta aqui.

Sr. presidente da Câmara – A explicação é simples. Temos uma escola nas Cinco Ribeiras com dois problemas, estando um deles relacionado com a sua própria estrutura, já que o edifício não tem os espaços que hoje são exigíveis para o funcionamento de uma escola.

Como consta na resposta que aí está, este edifício tem um histórico. Houve um conjunto de decisões tomadas no passado que foram revertidas e a sua reversão final implica necessariamente um investimento avultado naquela escola. Não se trata de pintar, de arranjar um teto ou algo do género, é necessária uma intervenção do fundo, tanto nessa escola como na escola da Carreirinha por razões que têm a ver com os materiais de construção em ferro que foram utilizados e apresentam sinais graves de corrosão.

A devido tempo, foi apresentada a candidatura a fundos comunitários, aos quais o município tem direito de acordo com o protocolo que foi assinado entre a Associação de Municípios e o Governo Regional dos Açores. Felizmente, não temos outros edifícios na nossa rede escolar a precisarem dessas candidaturas e todo o dinheiro deste quadro comunitário que nos cabe é para esse fim. Infelizmente, o Governo Regional, que é a autoridade gestora desses fundos, entendeu dar prioridade ao nosso município vizinho e ainda bem que assim foi. O resultado é que não fomos financiados e foi-nos dito que seria aberto um novo aviso, o que aconteceu em fevereiro, mas existe um pequeno problema porque se destina apenas a escolas do Governo Regional, ou seja, fomos excluídos logo à partida, por isso não podemos financiar. Espero que se tenha tratado de um pequeno lapso que o Governo Regional venha a corrigir, porque não faz sentido que se esteja a poupar em fundos provenientes da União Europeia e não do Governo Regional. Está protocolado que os municípios têm direito porque assinámos um acordo entre a Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores e o Governo Regional.

Como os senhores também sabem, a educação nos Açores não está municipalizada e estes grandes investimentos são da responsabilidade do Governo Regional através de cofinanciamento comunitário. Sentimo-nos confortáveis com o cofinanciamento, estamos disponíveis para pagar os 15 % que restarão desse cofinanciamento mas, por favor, aprove-mos a candidatura.

As outras questões subjacentes ao funcionamento da escola não são da responsabilidade do município. Como sabem, as questões respeitantes à abertura ou fecho de escolas nos Açores são exclusivas do Governo Regional, a quem cabe decidir se quer ou não quer aquela escola; em caso afirmativo, faça o favor de aprovar a candidatura que a senhora vereadora tem ali na ponta da unha, pronta a entregar. Senhor deputado Carlos Costa Neves, é este o problema e espero ter respondido ao lado do requerimento.

Sra. d. m. Magda Ávila – Bom dia senhor presidente e restantes membros da Mesa, senhor presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

Ainda a respeito do programa de habitação no âmbito do PRR, gostaríamos de ver esclarecidas algumas situações, nomeadamente a forma como está a ser acompanhada a entrega das chaves das habitações, o número de técnicos da Câmara Municipal envolvidos nos

trabalhos, quantas famílias estão abrangidas pelo programa 1.º Direito e quais as juntas de freguesia envolvidas no processo.

Sra. vereadora Fátima Amorim – Eu e os técnicos da ação social, que depois acompanham todo o processo, fazemos questão de estar presentes quando entregamos as habitações. Temos um técnico permanentemente no terreno e o município adquiriu uma viatura com a qual visitamos semanalmente as famílias que estão sinalizadas para que as possamos acompanhar de perto; as famílias que não estão sinalizadas recebem também a nossa visita. Faço questão de lembrar os deveres e os direitos de cada agregado familiar que mora numa habitação que é propriedade do município e temos tido muito sucesso, nomeadamente no que diz respeito às pessoas e famílias que necessitam de acompanhamento.

Tem sido este o nosso trabalho, ao qual vamos dar continuidade. Ontem tive a oportunidade de visitar o bairro do Porto Judeu, que está concluído e do qual foram entregues as duas últimas habitações. Embora tenham sido concluídas há mais tempo, visitei também as habitações da Feteira, porque temos que saber se está tudo bem com as famílias, ou se há necessidade de alguma intervenção. Fazemos também questão de ir lembrando os nossos inquilinos que não podem proceder a qualquer intervenção nas habitações, que serão vistoriadas regularmente por nós e também por quem nos financia, quer a nível europeu, quer a nível nacional. Procedemos à entrega das casas e damos continuidade à segunda fase que é o acompanhamento das famílias.

Posso informar também que foram concluídas as empreitadas e entregues as casas nos Altares, na Serreta, em Santa Bárbara, na Feteira, no Porto Judeu e um dos blocos de Santa Luzia, faltando seis habitações que estão na fase final de reabilitação, e entregámos também as primeiras habitações na Carreirinha. As obras estão a decorrer dentro dos prazos e as pessoas estão muito satisfeitas porque passarão a viver em melhores condições e estão a valorizar as intervenções que foram feitas nas habitações.

O bairro do Lameirinho é o que está mais atrasado em termos de intervenção, sendo que os três concursos estão em fase final de análise de propostas, além dos quatro lotes que aguardam aprovação por parte do IHRU.

O bairro do Bravio em São Mateus encontra-se também em fase final de requalificação e o Terreiro iniciou as obras há relativamente pouco tempo. Prevemos finalizar dentro dos prazos definidos pelo PRR, as dezasseis empreitadas que foram aprovadas pelo IHRU.

Como já referi, temos um técnico no terreno de forma permanente, além dos quatro técnicos da ação social que vão fazendo um trabalho muito importante que é a adequação da tipologia das habitações. A requalificação das casas é fundamental para o município, mas a sua adequação aos agregados familiares é muito importante. Há famílias que se deslocaram da Terra Chã para Santa Luzia, do Lameirinho para a Carreirinha, do Bravio em São Mateus para São Bartolomeu, etc. Chegámos a acordo com as famílias, dando-lhes a entender que não podem continuar a viver em condições de sobrelotação como acontecia anteriormente. O levantamento que fizemos e consta do nosso sistema é o que deve acontecer nas habitações.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Dado tratar-se do último dia da minha participação nesta Assembleia Municipal, felizmente não vamos brigar; o senhor presidente da Câmara não vai ter uma das suas raivinhas, nem eu terei uma das minhas. Fazendo um comentário à sua intervenção, senhor presidente, bastaria que a Câmara Municipal tivesse respondido como o senhor nos respondeu há pouco porque esta resposta que nos foi dada é um exercício de uma enorme demagogia. Tudo o que sai da Câmara, é da sua responsabilidade e não sei quem foi o autor desta enorme demagogia.

A verdade é que as nossas perguntas eram muito objetivas e as respostas são muito invasivas, tanto que me fizeram lembrar o nosso debate numa das últimas sessões da Assembleia Municipal sobre a conservação dos caminhos agrícolas. Quem tem que fazer a manutenção desses caminhos é a Câmara Municipal, mas quando são necessárias obras de grande intervenção, de melhoramento ou de reparação, a competência já é do Governo Regional e é muito fácil ultrapassar a etapa da manutenção para a etapa da grande reparação, ou seja, basta que a Câmara Municipal não faça a devida manutenção durante dois invernos seguidos para que a estrada se degrade e depois se diga que agora cabe ao Governo Regional fazer as grandes reparações. Isto de passar de uma situação de manutenção para uma situação de grande reparação é uma habilidade da Câmara Municipal que temos que reconhecer, mas é facilmente detetável.

Lamento que a conservação da escola das Cinco Ribeiras não tenha sido feita, embora dê razão ao senhor presidente da Câmara. A freguesia das Cinco Ribeiras merece uma escola e aquele edifício não tem condições por falta de determinados equipamentos. O senhor presidente da Câmara foi secretário regional de muita coisa e a determinada altura pensaram que o senhor podia acumular Educação com Saúde. Não foi o senhor? Acumulou mesmo e foi uma coisa extraordinária. O super-homem e o super-secretário Álamo de Meneses a acumular Saúde, Educação, Desporto, Orientação Pedagógica, Cultura e tudo mais que o senhor também saberá. Está a ver como fez bem o seu trabalho? O senhor sempre soube escolher as suas equipas. Até os dois elementos da oposição o senhor soube escolher.

Estou a seguir a questão com grande atenção e talvez hoje seja o dia em que o senhor presidente da Câmara, Álamo de Meneses, nos diga se sempre será candidato à presidência da Assembleia Municipal de Angra... Confirma! Temos que bater palmas porque este era um mistério guardado como o mistério da Santíssima Trindade. Descobrimos finalmente que o senhor é o próximo candidato à presidência da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, mas espero que não obscureça a imagem do futuro candidato a presidente da Câmara, ou seja, que não apareça de forma exuberante ao ponto de fazer com que o povo pense que o senhor é candidato à presidência da Câmara Municipal.

Quanto ao candidato deste lado da bancada, se quer que lhe diga, não faço a mínima ideia quem será. Palavra de honra que não faço a mínima ideia de quem vai ser o candidato desta Coligação à presidência da Câmara Municipal de Angra e a única certeza que tenho é que não serei eu.

Voltando ao assunto mais sério, o problema é daquelas crianças, das famílias e das Cinco Ribeiras no seu todo. Não é um problema político, é uma questão de se olhar para as

peças. Como o Partido Socialista e os três partidos da Coligação, ao nível nacional, regional e ao nível de ilha, dizem que olham para as pessoas, espero que realmente o façam e resolvam o problema daquelas famílias, seguindo o excelente exemplo da Casa do Povo pelo apoio que tem dado à população em termos sociais. A Casa do Povo das Cinco Ribeiras é um exemplo. É verdade que o seu presidente já foi militante do PSD e agora é militante do PS, mas isso não lhe tira o valor e fez ali um excelente trabalho.

A respeito de um outro assunto que não registei, o senhor presidente da Câmara disse que ia estar com o senhor presidente do Governo Regional a breve prazo. Assim sendo, por via da transmissão de energias, o que peço ao senhor presidente do Governo Regional e ao senhor presidente da Junta de Freguesia das Cinco Ribeiras é que se entendam. Por favor, entendam-se.

Já falei da demagogia desta carta de resposta ao requerimento mas, infelizmente, o problema não é de estuque, é um problema estrutural. Ou resolvem pôr todas as crianças em São Bartolomeu, onde já estarão com certeza, ou constroem uma estrutura como deve ser nas Cinco Ribeiras. Na minha perspetiva, o protocolo entre a Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores e o Governo Regional é para ser cumprido, assim como devem ser cumpridos todos os protocolos entre pessoas de boa-fé.

Sr. presidente da Câmara – Estamos a falar em escolas, uma matéria que, por razões históricas e profissionais, me é muito cara, e creio que vale a pena fazermos também uma pequena análise daquilo que o município tem vindo a fazer nas escolas para que não se pense que não estamos a fazer a manutenção que devemos. Peço a palavra para a senhora vereadora Fátima Amorim para nos dar conta de umas estatísticas interessantes.

Sra. vereadora Fátima Amorim – Há cerca de uma semana, eu e o senhor presidente da Junta de Freguesia reunimos com os pais para falarmos da escola das Cinco Ribeiras, uma situação que tenho acompanhado de perto, e temo-nos mantido em contacto com representantes das Associações de Pais desta escola e da escola Tomás de Borba.

Tem sido abordada a necessidade de uma intervenção de fundo na escola das Cinco Ribeiras ao nível da substituição da cobertura, do reforço das paredes, da eletricidade, dos esgotos e também da adaptação das casas de banho, uma intervenção que vai muito além do que temos feito nas outras escolas. Como o senhor presidente da Câmara referiu, trata-se de um investimento bastante significativo em duas obras urgentes na escola da Carreirinha, pré-escolar e ensino básico, e na escola das Cinco Ribeiras. Todos têm direito a uma escola em condições e a área da educação tem sido uma grande preocupação para o município, inclusive com projetos e regulamentos que vão muito além das suas competências.

Até ao momento foram investidos mais de um milhão de euros em diversas escolas do concelho. A escola do Pico da Urze sofreu uma intervenção no valor de mais de noventa mil euros, foi feito um investimento superior a 120 mil euros na escola Infante D. Henrique no Alto das Covas e a escola dos Altares vai novamente sofrer uma intervenção ao nível da cobertura e de infiltrações que existem em algumas janelas. Embora tenha vindo a ser intervencionada ao longo do tempo, vai ser também necessária mais uma intervenção na

escola do Porto Judeu no nível da cobertura do ginásio com verbas do orçamento municipal sem qualquer financiamento da União Europeia.

Assim como o Governo Regional, também nós necessitamos de algum apoio ao nível do financiamento comunitário para obras de maior envergadura e intervenções mais profundas nas nossas escolas. No caso das Cinco Ribeiras, estamos a falar de um investimento de trezentos mil euros.

No início do ano passado o município apresentou uma candidatura no âmbito do aviso que estava aberto para requalificação das escolas, não só ao nível do espaço, mas também da eficiência energética. Em setembro recebemos a má notícia que a candidatura não tinha condições para ser aprovada e não concordámos com a justificação que nos foi dada para a sua não aprovação, mas assumimos perante o senhor presidente da Junta de Freguesia das Cinco Ribeiras e a Associação de Pais, que continuaríamos a trabalhar nessa candidatura. Explicámos aos pais que o município continuará a apresentar uma candidatura no âmbito do aviso de requalificação do espaço escolar. Tal como referiu há pouco o senhor presidente da Câmara, o município não encerra escolas, apenas tem a competência da manutenção dos edifícios escolares que são património da Câmara Municipal.

Ainda a respeito de obras, gostaria de vos informar também que celebrámos um protocolo com as unidades orgânicas no valor de 22 500 euros anuais para pequenas reparações nas escolas. Temos protocolos celebrados com a EBI de Angra, com a Ferreira Drumond e com a escola dos Biscoitos para pequenas manutenções da escola dos Altares. Celebrámos também protocolos anuais com algumas freguesias para pequenas manutenções nas escolas que são património da Câmara Municipal. Estes protocolos com as escolas e com as juntas de freguesia totalizam 45 mil euros por ano e não podemos esquecer ainda o aumento significativo que este município tem atribuído às escolas para a execução de projetos pedagógicos, visitas de estudo e um complemento à ação social escolar.

No ano letivo 2024-2025 ultrapassámos os cem mil euros de investimento na educação no nosso concelho. Quando estou presente nas assembleias de escola, faço questão de lembrar que, sem os apoios do município, as escolas não teriam a possibilidade de executar os seus projetos pedagógicos, que fazem toda a diferença nas vidas dos jovens que frequentam as diversas escolas do concelho. Além disto, o município apoia algumas escolas em mais de sete mil euros para visitas de estudo, o que permite a muitos estudantes saírem pela primeira vez da ilha Terceira para fazerem visitas de estudo a outros locais do nosso país, mas exigimos que essas visitas não sejam meros passeios e aumentem os conhecimentos dos jovens que visitam outras escolas.

A educação no nosso concelho é, de facto, uma das grandes preocupações do município de Angra do Heroísmo. Foram feitas intervenções em inúmeras escolas do concelho, à exceção das duas que acabei de referir. Não tinha conhecimento, mas o senhor presidente da Junta de Freguesia das Cinco Ribeiras informou-me na altura que o próximo aviso para que os municípios possam submeter candidaturas sairá em 2026, o que para nós é um período de tempo bastante longo.

Nas reuniões que decorreram na escola Tomás de Borba com a presença do senhor Diretor Regional da Educação, tivemos conhecimento que a escola de Santa Bárbara tem todas as condições em três salas que, na altura, foram disponibilizadas para aqueles jovens, e o mesmo se passa na escola de São Bartolomeu. Na altura em que decorria a reunião havia contactos com o Governo Regional para apoiar o transporte dos alunos sem quaisquer custos para os pais enquanto decorressem as obras na escola.

Desconhecemos as razões da abertura do próximo aviso apenas em 2026 e não percebemos porque abriu apenas para as escolas do Governo Regional no início do ano, com encerramento em maio, mas vamos continuar a insistir e a trabalhar no projeto, que já está pronto, sempre em articulação com os pais, como temos feito até agora.

Sr. d. m. Luís Leal (presidente da J. F. das Cinco Ribeiras) – Muito bom dia senhor presidente da Assembleia e senhoras membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados.

Infelizmente, este assunto não é o mais agradável para mim. Foram aqui referidas várias situações pelo senhor presidente da Câmara, pela senhora vereadora Fátima Amorim e pelo senhor deputado Carlos Costa Neves, e vimos até na comunicação social, notícias sobre a escola das Cinco Ribeiras. A queda de parte do estuque da parede de uma sala de aulas da escola deu-se pouco depois das 16 horas de uma segunda-feira, imediatamente a seguir a um sismo que tinha ocorrido no fim de semana. Se tivesse acontecido um pouco antes no horário das aulas com a presença de crianças, decerto as consequências teriam sido muito graves.

Houve uma reunião com a presença do conselho executivo da escola Tomás de Borba, do senhor Diretor Regional, da senhora vereadora Fátima Amorim e comigo, na qual foi decidido o que fazer com os alunos, que não saíram prejudicados em termos de aulas porque, com a ajuda dos pais, da Junta de Freguesia e da escola Tomás de Borba, foram rapidamente transferidos para a escola de São Bartolomeu e tudo correu às mil maravilhas.

A senhora vereadora Fátima Amorim já aqui referiu os investimentos da Câmara, mas gostaria de lembrar que, assim com as restantes, a Junta de Freguesia recebe 2500 euros para pequenas reparações de manutenção da escola das Cinco Ribeiras, que é pequena, mas as crianças que a frequentam têm direito às mesmas condições que as crianças das outras escolas do concelho, da ilha e da região.

Como tive oportunidade de transmitir à senhora vereadora Fátima Amorim, discordo do projeto da candidatura porque refere apenas a renovação do espaço existente e queremos ir um pouco mais além. A escola tem apenas quatro salas para alunos da pré-escola e dos anos letivos do 1.º Ciclo e o nosso objetivo é a ampliação daquele espaço, porque se uma escola sair de uma freguesia, há uma parte dessa freguesia que morre.

Ocupo o cargo de presidente da Junta de Freguesia das Cinco Ribeiras há seis ou sete anos e tenho-me debatido com estas situações ao longo dos anos, independentemente das cores políticas. Em tempos defendi uma proposta de um deputado do Bloco de Esquerda, com a qual me identifiquei, porque aquilo que pretendo é trabalhar para a minha freguesia.

É preciso rever o projeto de ampliação da escola das Cinco Ribeiras e quanto mais depressa se fizerem as obras, melhor será para todos. Compreendo a situação das

candidaturas aos financiamentos, mas peço um esforço à Câmara Municipal porque o valor não é assim tão elevado. Não sei como gerir uma câmara municipal mas estou a gerir uma junta de freguesia. Temos que nos candidatar aos projetos porque é para isso que eles existem e lembro que este assunto tem um caráter de urgência.

Sr. presidente da Câmara – Apoio e compreendo o que foi dito pelo senhor presidente da Junta de Freguesia das Cinco Ribeiras porque esta é uma questão de fundo. Na verdade, candidatámo-nos a um investimento de cerca de 350 mil euros para dar àquela escola, condições de comodidade no sentido de a manter em funcionamento numa situação transitória; contudo, se o Governo Regional decidir mantê-la indefinidamente, terá necessariamente que ser feito um investimento muito mais elevado.

Através dos contactos que vamos mantendo com o senhor Diretor Regional e com a senhora Secretária Regional, veremos o que o Governo Regional tenciona fazer porque, uma coisa é recuperar aquela escola, a outra é adequá-la aos requisitos modernos do sistema educativo; se assim for, estamos a falar de investimentos que, provavelmente, estarão de um para dez do ponto de vista dos valores. O senhor presidente da Junta de Freguesia das Cinco Ribeiras será com certeza nosso parceiro nas conversas com o Governo Regional.

Sr. d. m. Carlos Ormonde – Bom dia senhor presidente da Assembleia e respetiva Mesa, senhor presidente da Câmara e senhoras e senhores vereadores, colegas deputados municipais.

Quero partilhar um pouco a minha experiência na área da educação porque estou há mais de trinta anos na Unidade Orgânica da EBI de Angra, mais conhecida por escola de São Bento, e nos últimos anos tenho assistido à degradação das condições de trabalho no edifício. Como faço também parte da Assembleia de Escola, confirmo o que a senhora engenheira Fátima Amorim acabou de referir e neste momento há algum desespero relativamente à degradação de algumas instalações que são fundamentais.

A VITEC, que está hoje aqui a fazer a transmissão desta sessão da Assembleia Municipal, apresentou há pouco tempo uma reportagem feita pelos colegas de Educação Física que tiveram uma iniciativa inovadora de – talvez pela primeira vez na região – darem aulas de apoio a miúdos com excesso de peso, ou seja, com índices elevados de massa corporal. Nessa reportagem foram mostradas imagens que me envergonharam como profissional daquela escola. Apesar dos alertas que têm sido feitos à tutela, os miúdos não tomam duche ali há muitos anos, o edifício tem quarenta anos e aquela ala nunca sofreu qualquer tipo de beneficiação, além de outros equipamentos básicos que são insuficientes.

Se alguma coisa tem sido feita nos últimos anos em atitude de desespero é porque as diversas estruturas da escola se têm socorrido na Câmara Municipal, apesar de algumas «negas», tendo em conta a necessidade de investimentos elevados, e é óbvio que a Câmara Municipal não se pode substituir às responsabilidades da tutela do Governo Regional.

Os projetos candidatados aos orçamentos participativos da Câmara Municipal de Angra têm sido pequenas lufadas de ar fresco no sentido de melhorar um pouco a dignidade do trabalho naquela escola, mas a situação é preocupante e o que se vê naqueles edifícios

começa a interferir no bom funcionamento da escola e na dignidade das pessoas que lá trabalham.

Sr. presidente da Câmara – Sem pretender repetir o que disse há pouco sobre o hospital, a questão da manutenção de infraestruturas é um problema muito complexo. Felizmente, temos infraestruturas cada vez maiores, porque vamos investindo ao longo dos anos, e a verdade é que as receitas correntes da região já não são suficientes, um reparo que foi também feito há pouco tempo pelo senhor presidente do Governo Regional, dizendo que não havia dinheiro para manter estas infraestruturas.

Como sabem, tive uma relação com as escolas durante doze anos e às vezes encolho-me ao passar diante de alguns edifícios escolares que pertencem à região. Não me refiro ao que se passa lá dentro, porque não tenho entrado nas escolas, mas reparem no estado de pintura de alguns desses edifícios, como a escola de São Carlos que está a precisar de uma pintura geral. Os edifícios escolares não têm apenas a função da educação formal, educam-nos também para as nossas vidas e vivências, e um edifício escolar degradado degrada também o processo educativo da própria escola.

Os edifícios escolares deveriam ser exemplares do ponto de vista da conservação. Faço parte do Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses e tenho assistido à transferência de competências e de recursos financeiros no continente, algo que deveria acontecer também na região, obviamente com a transferência da respetiva percentagem de investimento que é gasto pela região.

Ficamos espantados quando vemos naquele estado, uma escola praticamente nova como a Tomás de Borba, ou a Jerónimo Emiliano de Andrade com aquele ar de quem não vê tinta há muito tempo, possui espaços que já não são utilizados e não tem condições para comprar papel higiénico e mais não sei o quê.

Estas situações levam-nos a refletir sobre o que queremos do ponto de vista do futuro desta autonomia e do relacionamento com as autarquias. O funcionamento das escolas do continente foi transferido com grande vantagem para as autarquias, enquanto aqui continuamos a viver neste impasse em que, não se faz nem se deixa fazer. É óbvio que a Câmara Municipal não tem os recursos nem deve empregá-los para resolver os problemas de terceiros, mas teríamos com certeza outra capacidade e proximidade em relação às escolas, se esses recursos fossem também aqui transferidos para as autarquias.

Tudo isto tem necessariamente que ser repensado nestes cinquenta anos do nosso regime autonómico, uma reflexão que já aqui vos trouxe em sessões anteriores. Ao ouvir estas últimas intervenções, volto a dizer que é urgente esclarecer esta matéria para que não caiamos na história dos caminhos do Governo Regional, que a autarquia não tem competência para manter, apesar de o Governo dizer que assim é. A verdade é que até hoje nenhuma autarquia aceitou nem aceitará enquanto não houver um acordo formal e a transferência dos respetivos recursos financeiros.

Este impasse crescente é também reconhecido pelo senhor presidente do Governo, que diz não ter recursos para manter estas infraestruturas. Se nada fizermos, as coisas vão piorando e com certeza a autonomia não vai sair bem de toda esta situação. Não será comigo

como presidente da Câmara, mas fica aqui mais uma vez expresso este lamento e esta proposta, que deve ser pluripartidária porque todos temos alguma ligação à vida política.

É urgente repensarmos estas competências em matérias tão importantes para as nossas vidas, como a manutenção das escolas ou dos caminhos. Sem o debate adequado e se não chegarmos a uma conclusão, vamos continuar a viver numa situação que o nosso povo muito bem explica quando diz que «meias, só para os pés»; enquanto tivermos terrenos e outras coisas a meias, nunca nos entenderemos.

Espero que seja possível resolver a contento e no diálogo com o Governo Regional, a questão da escola das Cinco Ribeiras que abriu este debate, mas a situação é mais vasta porque não é apenas a escola das Cinco Ribeiras que está desesperadamente a precisar de uma intervenção, é uma boa parte do património escolar deste concelho.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – À semelhança do que há pouco fiz ao, ainda senhor presidente da Câmara, para além de revelarem um bom trabalho e muito detalhado, pergunto se as intervenções da senhora vereadora Fátima Amorim ao longo desta nossa sessão da Assembleia Municipal, indiciam que será a próxima candidata à presidência da Câmara Municipal de Angra.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – Sem tencionar arrastar mais a questão da escola das Cinco Ribeiras que é muito séria, não posso deixar de me associar ao lamento do, ainda líder da bancada da Coligação e do senhor presidente da Junta de Freguesia das Cinco Ribeiras.

Foi-nos aqui dito pela senhora vereadora Fátima Amorim que o município demonstra saúde financeira porque dispõe de um milhão de euros afetos à educação e despende também em associações, sendo que algumas até apresentaram falência. Isto diz muito das prioridades do município, carecendo por isso, de uma reflexão geral.

Partilho também a visão do senhor, ainda presidente da Câmara Municipal, no sentido de que, durante muito tempo muito se quis inaugurar, mas é preciso que haja dotação financeira porque não basta inaugurar edifícios, é necessário prever a respetiva manutenção ao longo do tempo.

Na página 72 do Relatório Municipal de Atividades, capítulo «*Regularização de registos prediais de prédios urbanos*» é referido o processo de aquisição do prédio designado por «hospital velho». Como disse o senhor presidente da Câmara, o município tem intenção de tratar do assunto, por isso gostaria de perceber o que pretendem fazer com este edificado, lembrando que existe ainda um conjunto de património edificado que permanece ao abandono no centro da cidade de Angra após 45 anos, nomeadamente na Rua de São João, e aquele edifício junto ao Pátio da Alfândega.

Na página 84 do mesmo relatório, o capítulo «*Ajustes diretos*» refere a aquisição de serviços de serralharia para os carros do cortejo de abertura das Sanjoaninas 2024...

Sr. presidente da Câmara – 2025. Terá sido um *copy paste*.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – Se aconteceu aqui, pergunto se não haverá mais *copy paste* ao longo daquelas cem páginas. O mesmo capítulo do Relatório Municipal de Atividades faz referência à aquisição de serviços de leitura de contadores de água para 2025, um assunto

que foi trazido por mim a esta Assembleia Municipal. Na altura foi dito que o município tinha decidido adquirir contadores inteligentes, por isso pergunto se a Câmara pretende avançar com uma avença e esperar que desta vez as coisas corram bem, ou tenciona proceder à instalação desses contadores inteligentes.

Na página 87 com repetição na página 88 do Relatório Municipal de Atividades é referida a empreitada de repavimentação em calçada da Rua de Santo Espírito. Pergunto se esta intervenção implicará alterações ao trânsito na cidade, uma vez que fará com que o trânsito da Rua Direita e da Rua de São João não consiga depois chegar à Rua do Galo, tendo que prosseguir para o Porto das Pipas. Isto fez-me lembrar a vontade que o município teve em tempos, de repavimentar a calçada da Rua do Galo depois de concluída a repavimentação na Ladeira de São Francisco. Gostaria de saber o ponto da situação acerca desta matéria.

Sr. presidente da Câmara – É óbvio que essa referência ao ano 2024 foi um lapso porque pretendemos referir-nos a 2025.

Estamos a fazer a substituição dos contadores de água a um ritmo elevado e uma boa parte do concelho já tem contadores digitais. Foram instalados 6000 contadores e temos mais de 14 mil clientes, portanto existe um número muito elevado de contadores que ainda precisam de ser lidos e uma coisa não afasta a outra.

Vamos substituindo contadores todos os meses a um ritmo tão rápido quanto nos for possível e com bons resultados, o que tem permitido melhores leituras, eliminando as estimativas e a necessidade de comunicação por parte dos clientes. A maior parte dos que já dispõem de contadores digitais, reportam o seu agrado porque não precisam de se preocupar com as leituras. Deixam também de aparecer nas faturas, aqueles valores extraordinários que acontecem de vez em quando devido à acumulação de leituras que não foram feitas e os novos contadores digitais permitem o aviso de derrames, um sistema que ainda não está a funcionar em pleno mas espera-se que aconteça dentro de pouco tempo. O próprio contador deteta a existência de derrames e envia automaticamente um SMS de aviso ao cliente.

Em relação às repavimentações da Rua de Santo Espírito e da Rua do Galo, temos tido muito azar com as calçadas, como ficou demonstrado na qualidade do trabalho que foi feito na Ladeira de São Francisco e no troço diante dos bombeiros, que está pior do que alguma vez esteve, apesar de ter sofrido uma intervenção em 2016.

Infelizmente, existe apenas uma empresa que faz este trabalho de pavimentação em calçada e a qualidade não é a melhor. Temos um problema na Ladeira de São Francisco que nos vai obrigar a abrir, já neste fim de semana, uma vala diante da Ermida de Nossa Senhora da Saúde na Praça Velha. Aparentemente, deixaram cimento na conduta devido à lavagem de equipamentos e no âmbito da garantia, a mesma terá que ser substituída pelo empreiteiro.

Começámos com muita energia e vontade de levantar calçadas mas as coisas não têm corrido bem, razão pela qual, temos vindo a moderar um pouco. Por vezes, mais vale manter o velho, do que fazer um novo que é pior do que o velho, tal como tem acontecido.

Temos pronto o processo para a Rua do Galo, que era prioritário, e onde não serão necessárias grandes alterações ao trânsito porque a mesma é suficientemente larga para

permitir a circulação em metade da via de cada vez, impedindo temporariamente ali o estacionamento.

No caso da intervenção na Rua de Santo Espírito, será necessário o encerramento ao trânsito pelo menos durante alguns períodos, uma situação que tentaremos minorar, não esquecendo que estamos a falar apenas na hipótese de isto vir a acontecer, já que os concursos têm ficado desertos e as condições apresentadas não têm sido as melhores.

A Rua da Queimada tem o asfalto muito degradado; vamos mudar para lá uma boa parte do trânsito de acesso à escola Infante D. Henrique do Alto das Covas e está a ser construída uma porta do lado dessa rua para o acesso dos alunos durante a obra do mercado municipal. Tínhamos grande prioridade na obra de repavimentação em calçada mas o concurso ficou deserto por duas vezes, o que demonstra que a probabilidade de virmos a ter obras na Rua de Santo Espírito a breve trecho é muito modesta. Estão a ser desenvolvidos os procedimentos nesse sentido mas tudo dependerá dos resultados. Se alguém que nos esteja a ouvir, estiver interessado em empreendedorismo, volto a repetir que precisamos desesperadamente de mais empresas que se dediquem aos pavimentos em calçada porque temos apenas uma e as coisas vão andando devagarinho.

Quanto aos imóveis e no que diz respeito ao edifício do hospital velho, pretende-se reutilizar aquela estrutura porque é possível transformá-la em cerca de cem apartamentos para colocar no mercado a preços controlados, permitindo o acesso de casais mais jovens e pessoas com rendimentos médios, que neste momento estão excluídas do mercado imobiliário devido à explosão dos preços. Para que isto seja possível, é preciso chegarmos a um entendimento com os proprietários, o que ainda não aconteceu.

O edifício da antiga Pensão Lisboa que a senhora deputada referiu tem já o projeto aprovado. Aproveito para agradecer mais uma vez à senhora Diretora Regional da Cultura, que aqui tem também assento na função de vereadora, pelo papel fundamental que teve no desbloqueio dos problemas que ali existiam, criando as condições necessárias para que a obra se possa iniciar rapidamente. Além do edifício da antiga Pensão Lisboa, estão também abandonados naquela zona mais três prédios anexos que vão ser reintegrados.

O edifício da Rua de São João tem sido um problema complicado devido a uma arcada que lá existe e já mudou de dono pelo menos três vezes. O novo proprietário pretende construir ali apartamentos e está a elaborar o projeto, mas trata-se de uma questão privada.

Sr. d. m. Luís Leal (presidente da J. F. das Cinco Ribeiras) – O senhor presidente da Câmara deixou no ar a dúvida sobre a decisão da continuação da escola das Cinco Ribeiras. Na reunião que tivemos com a senhora vereadora Fátima Amorim, com o senhor Diretor Regional e com o conselho executivo da escola Tomás de Borba, ficou decidido que a escola se manterá em atividade, mesmo que não seja naquele edifício das Cinco Ribeiras. Se havia alguma decisão pendente, as coisas foram ditas desta forma e ninguém falou em encerrar a escola das Cinco Ribeiras.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – Penso que já abordámos o assunto mas seria interessante um inventário do património edificado devoluto na cidade. Se já existe, gostaríamos de ter acesso ao mesmo e fica já aqui feito o requerimento para tal.

Sr. presidente da Câmara – O inventário existe, será dado conhecimento.

Terminadas as intervenções, a informação sobre a atividade municipal foi considerada apreciada pela Assembleia Municipal. (1/2025/AMAH).

1.2 – Primeira revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal para 2025, onde foram inscritos os valores do saldo da gerência anterior no valor de €373 721,47. Para aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea a), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – Esta primeira revisão tem basicamente três objetivos: integrar o dinheiro que não foi gasto no ano passado, uma quantia bastante modesta porque costumamos ultrapassar um milhão de euros e este ano são apenas 373 mil. Pretende-se integrar este valor no orçamento deste ano e incluir mais duas ações, uma referente a financiamentos para habitação dentro do PRR em termos individuais, ou seja, para cidadãos que apresentaram as suas candidaturas que serão geridas pelo município, uma quantia na casa dos 5,5 milhões de euros.

Uma outra linha de investimento tem a ver com uma oportunidade que surgiu para nós e para outras entidades do concelho, que estamos a tentar aproveitar. Trata-se da possibilidade de financiamentos de cerca de novecentos mil euros do PRORURAL para um conjunto de iniciativas.

Isto vem acrescentar seis milhões de euros ao nosso orçamento que passará a ser de 36,6 milhões, mas não há razões para fazermos uma festa porque são verbas consignadas que entram por um lado e saem pelo outro e não temos qualquer poder para alterar o seu destino. O orçamento cresce com verbas consignadas mas temos que ter em conta que o valor que o município pode dispor livremente não passa dos 32 milhões de euros.

Estamos a aproximar-nos rapidamente dos sessenta milhões de euros mas este crescimento extraordinário resulta de cofinanciamentos com fins específicos e não são uma receita que o município possa gerir. Esta operação não altera os objetivos, apenas acrescenta estas duas linhas de financiamento, sendo que uma estava dispersa no PRR geral e é agora individualizada por razões que têm a ver com as necessidades de cumprimento de regras de contabilidade pública. O que se cria aqui de novo são os financiamentos do PRORURAL que não estavam consignados.

A revisão foi aprovada por maioria, com 25 votos a favor, sendo 19 do Partido Socialista e 6 da coligação PPD/PSD.CDS/PP/PPM e 8 abstenções da coligação PPD/PSD.CDS/PP/PPM. (2/2025/AMAH).

1.3 – Alteração ao Regulamento Municipal de Apoio à Habitação. Para aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea g) n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – Esta é uma pequena alteração resultante de uma proposta que foi apresentada pela senhora vereadora Brites Cunha e unanimemente aceite pela Câmara Municipal, que visa resolver uma questão que se coloca de vez em quando em relação a residentes no concelho da Praia da Vitória que pretendam mudar-se para Angra do Heroísmo.

Sra. vereadora Brites Cunha – Boa tarde senhor presidente e senhoras membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e caros colegas vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

Agradeço ao senhor presidente da Câmara por esta oportunidade do uso da palavra. Na verdade, pouco mais há a explicar porque o documento em epígrafe é muito claro. Não estive presente na reunião de Câmara onde se discutiu este regulamento e depois de o analisarmos, achou-se por bem alterar esta exclusão de elegibilidade de quem viva no concelho vizinho não poder mudar-se para Angra do Heroísmo, estando a trabalhar no nosso concelho e tendo também os filhos a estudarem cá. Pretende-se efetuar esta alteração para alargar o âmbito de aplicabilidade deste regulamento.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – O grupo municipal da Coligação (PPD/PSD – CDS-PP – PPM) nada tem a opor à iniciativa apresentada porque coaduna o regulamento às pretensões das famílias. A redação do documento que vi na «nuvem» refere «Centros de Dia para ascendentes/descendentes». Sugiro uma alteração da redação para «Descendentes em respostas sociais de frequência diária na infância e ascendentes em respostas sociais em frequência diária para idosos e dependentes.» Isto possibilita alargar o espectro do regulamento a quem tenha pessoas dependentes em respostas sociais com frequência diária no concelho de Angra.

Sr. presidente da Câmara – Passarei a ler o texto e depois a senhora vereadora Brites Cunha responderá: «*O candidato que tenha à data da candidatura, residência fiscal no concelho de Angra do Heroísmo ou no concelho limítrofe, desde que o seu local de trabalho, bem como os estabelecimentos de ensino e/ou centros de dia onde os seus dependentes ascendentes ou descendentes estejam inscritos, sejam sediados do concelho de Angra do Heroísmo.*» Acho que o texto está explícito e consta aqui um «e/ou» que poderá ser eliminado pela comissão de redação.

A alteração foi aprovada por unanimidade. (3/2025/AMAH).

1.4 – Proposta de ratificação da Câmara Municipal dando conhecimento de que os investimentos ultrapassam os 10 % das despesas de investimento previstas no orçamento

do exercício, independentemente da sua inclusão no PPI, nos termos do n.º 2 do artigo 51.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. Para ratificação da Assembleia Municipal.

Sr. presidente da Câmara – Acontece que foi aprovada por esta Assembleia uma autorização para se estabelecer uma linha de crédito com vista a evitar atrasos nos pagamentos quando haja dificuldades na receção dos dinheiros do IHRU. Foi feito o concurso e a devida contratualização foi submetida para visto do Tribunal de Contas que, embora não tenha recusado o visto, aconselha que constem os investimentos em habitação financiados pelo PRR que representam mais do que 10 % do total do investimento do município, quer estejam ou não inscritos no Plano Plural de Investimentos.

Como já tinha sido clarificado pela senhora vereadora Fátima Amorim na sua intervenção, o investimento que está a ser feito em habitação excede largamente os 10 % do total do investimento. Temos uma listagem anexa à deliberação que foi devidamente distribuída em que o valor que já está aprovado excede os 35 milhões de euros que representam mais de 50 % do investimento municipal. Esta Assembleia já o sabia quando aprovou, agora pretende-se que manifeste expressamente que tem conhecimento que o investimento em habitação é superior a 10 % do investimento anual.

A Assembleia Municipal, por unanimidade, ratificou o ato praticado pela Câmara Municipal. (4/2025/AMAH).

1.5 – Carta Social de Angra do Heroísmo. Para aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea h) do n.º1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sra. vereadora Fátima Amorim – A Carta Social do município datava de 2015, daí a necessidade de uma atualização com vista a permitir realizar um diagnóstico à rede de equipamentos e de serviços que existiam no concelho. Foi contratada uma empresa para realizar este trabalho, que contactou com 47 instituições e a participação muito importante da parte do Governo Regional e da Direção Regional da Solidariedade Social que nos permitiu obter um documento atualizado com todos os equipamentos e serviços existentes atualmente, que vai além do que é exigido pela própria portaria, fazendo uma análise prospetiva e revelando as necessidades em termos de equipamentos a existir no concelho em 2028, quatro anos após a publicação da Carta Social. Os principais problemas que foram identificados na Carta Social têm a ver com o envelhecimento da população e com a necessidade de mais equipamentos e serviços ao nível das infraestruturas e do apoio domiciliário.

Antes de a trazermos à Assembleia Municipal, esta Carta Social foi apresentada aos 47 parceiros porque era importante que os mesmos tivessem conhecimento do trabalho que foi realizado com o município e pudessem introduzir algumas alterações que considerassem necessárias, o que não veio a acontecer. Após a sua apresentação à Assembleia Municipal para a ratificação final, a Carta Social de Angra do Heroísmo será enviada a todas as entidades

do setor, ficando também disponível no servidor do município para acesso por parte de todas as entidades ligadas ao setor social no concelho de Angra do Heroísmo.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – O grupo municipal da Coligação (PPD/PSD – CDS-PP – PPM) votará a favor deste documento mas importa fazer algumas referências. Esta Carta Social decorre da Portaria n.º 66/2021 de 17 de março que define as estratégias da área social para um horizonte 2024-2028, daí eu questionar porque só agora o município entendeu ser possível apresentá-la.

Não posso deixar de lamentar também que este documento tenha sido apresentado, não só aos parceiros, mas também em cerimónia pública, sem a aprovação prévia desta Assembleia Municipal. Tratou-se de uma atitude de desrespeito da parte do município para com esta Assembleia, mas o senhor presidente da Mesa fará os possíveis por garantir o respeito entre as instituições.

Das primeiras ilações que podemos tirar, o que me parece é que esta Carta Social de 2015 para 2025 é um prolongar da desertificação e do envelhecimento da população. Gostaria de saber o que foi feito ao longo destes dez anos em termos municipais e concelhios para colmatar estas situações e o que se poderá fazer daqui em diante para que, daqui a dez anos, não voltemos a falar de uma Carta Social que apresente praticamente as mesmas consequências, sendo certo que, como referiu a senhora vereadora, mais do que um documento definidor das políticas municipais, é um diagnóstico do concelho.

Sr. presidente da Câmara – Esta Carta Social contém uma análise profunda de um conjunto de dados que resultaram essencialmente dos Censos 2021; teve o seu tempo de maturação e chega aqui bastante mais cedo do que a abertura do Quadro Comunitário 24 – que é vital – e cuja maior parte das linhas ainda não abriu.

Antes de falarmos em atrasos, olhemos para nós próprios. Gostaríamos que a Carta Social tivesse chegado antes mas chegou em 2024, foi debatida e apresentada às diversas instituições e ninguém quis atropelar ninguém, tanto que estamos hoje aqui para votar o documento que foi muito bem produzido e distribuído por todos os parceiros, que são muitos. Foi permitido que todos nesta sala e em sessões mais parcelares apresentassem as suas opiniões.

Quanto ao que está a acontecer no concelho, é uma reflexão muito importante que temos sempre que fazer. Há coisas que podemos fazer dentro do âmbito municipal mas há outras que têm a ver com dinâmicas da transição demográfica, que nenhuma instituição pode mudar. Não podemos fazer com que a idade das pessoas ante para trás, assim como não podemos pedir-lhes que tenham mais filhos, quando não há condições para tal. No meu caso, nenhum dos meus filhos está a residir no concelho, portanto não há garantias que as pessoas cá fiquem.

Existe de facto um problema complexo que temos vindo a tentar resolver com alguns resultados visíveis. A demografia é uma decorrência direta da economia e iludem-se aqueles que julgam que é possível aumentar a fixação de jovens sem uma economia pujante capaz de os sustentar.

A população só pode crescer onde houver uma economia que gere empregos bem pagos e estáveis e felizmente temos algumas iniciativas no nosso concelho que têm apresentado bons resultados; olhe-se para a Startup Angra, particularmente para o que tem acontecido no TERINOV na Terra Chã, um excelente exemplo do que é possível fazer-se a favor da demografia. É ali que se gera emprego e onde estão os jovens que irão constituir família.

Sem uma economia que cresça não vale a pena falar de incentivos para isto ou para aquilo, porque não passam de meras panaceias cujos resultados já conhecemos, para além dos problemas de natureza social que isso induz porque, se calhar, os que acabam por ter filhos, talvez não sejam aqueles que gostaríamos.

Tem-se feito muito no nosso concelho com um conjunto de iniciativas empresariais de sucesso e temos um tecido económico na cidade que está a dar bons resultados. Queixá-vamos de uma cidade deserta que hoje apresenta preços nos imóveis que os colocam claramente fora do alcance da maior parte da nossa população e a procura reflete-se nos preços do imobiliário.

Muito se fez, mas muito terá ainda que ser feito. Esta situação da desertificação é uma constante em todo o hemisfério ocidental, percorre toda a Europa e só apresenta exceções em lugares com uma economia tão forte que atrai imigrantes de todos os lados, com todos os problemas daí resultantes, porque não podemos esperar um crescimento demográfico e ao mesmo tempo dizer que não queremos imigrantes.

Esta é uma matéria complexa que não deve ficar no âmbito das superficialidades e dos populismos fáceis. Queixamo-nos que não temos gente e dizemos que não queremos imigrantes, ao mesmo tempo que queremos que façam filhos e depois não há condições sociais nem uma economia que os sustente, frustrando também as expectativas das próprias famílias. Temos que nos adaptar aos tempos em que vivemos, o que implica esta clareza de discurso. É preciso continuar a investir na economia e na criação de empresas e empregos porque, se o fizermos, com certeza que as crianças aparecerão.

Sra. d. m. Catarina Gonçalves – Boa tarde senhor presidente da Assembleia e membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores deputados municipais e demais pessoas aqui presentes.

Da parte da bancada do PS, quero congratular a Câmara Municipal pela iniciativa de revisão da Carta Social e elogiar o município na pessoa da senhora vereadora, engenheira Fátima Amorim pela sua preocupação com as questões sociais e pela auscultação junto das entidades locais. De reforçar ainda a importância do trabalho em rede e em equipa no combate às problemáticas sociais existentes, pois só com esta abertura e facilidade de comunicação é que nos é possível tomar conhecimento do que acontece no terreno para que possamos criar as medidas e estratégias políticas para o combate à pobreza e à exclusão social. Quero referir ainda que este executivo camarário sempre se preocupou e esteve atento às problemáticas sociais.

A Carta Social foi aprovada por unanimidade. (5/2025/AMAH).

2 – DOS GRUPOS MUNICIPAIS DO PS E DA COLIGAÇÃO (PPD/PSD – CDS-PP – PPM):

2.1 – Voto de Congratulação pelos 25 anos dos “Fala Quem Sabe”. Para votação da Assembleia Municipal.

A senhora deputada municipal Honória Leandro procedeu à leitura do voto em epígrafe:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

BAILINHO DO PORTO JUDEU

É com grande entusiasmo e profundo respeito que propomos este Voto de Congratulação ao **Bailinho do Porto Judeu**, em celebração das suas Bodas de Prata - 25 anos de dedicação, criatividade e alegria que têm iluminado a nossa ilha. A história deste icónico grupo remonta ao ano 2000, quando dois grupos distintos, **O Rei Vai Nu** que deu origem ao espetáculo **A Máquina dos Artistas**, uniu-se para criar o que viria a tornar-se uma das mais significativas manifestações artísticas da nossa região: o tradicional bailinho de Carnaval. Esta celebração genuinamente terçoense, carregada com o humor característico da nossa terra, conquistou rapidamente os corações do público.

Foi nesse ambiente de pura diversão e espontaneidade que se formou o espírito que, mais tarde, daria origem ao consagrado grupo **Fala Quem Sabe**. No entanto, o Bailinho do Porto Judeu, em si, tem sido a verdadeira essência da sua identidade, com um conjunto de músicos talentosos que, com as mais variadas influências e vertentes musicais, reinventam e marcam de forma única o Carnaval terçoense. Com uma fusão de estilos e sonoridades, os músicos do Bailinho, com a sua energia vibrante, tornaram o Carnaval num espetáculo de cor, música e emoção, que atrai cada vez mais admiradores.

O **Bailinho do Porto Judeu** é composto por músicos multifacetados, com uma vasta gama de experiências musicais que vão do tradicional ao contemporâneo. A criatividade e a diversidade das suas atuações têm dado uma nova vida à tradição, criando uma sonoridade única que distingue o grupo no panorama cultural da ilha Terceira. Esta reinvenção constante da música popular, aliada ao forte componente de humor e espontaneidade, tem sido uma das suas principais características, tornando o Bailinho numa referência obrigatória do Carnaval.

Em 2004, com o tema "**A Revolução das Vacas**", o Bailinho do Porto Judeu atingiu o auge da sua popularidade, e foi com esta produção que o grupo ganhou maior notoriedade. A partir deste momento, o Bailinho solidificou a sua posição como um dos maiores embaixadores da cultura açoriana, com um legado de diversão e celebração que se perpetuou ao longo dos anos. Este sucesso deu origem ao grupo **Fala Quem Sabe**, que, embora derivado do Bailinho, seguiu um percurso distinto, mas com o mesmo humor e a mesma crítica social que o tornaram famoso, sendo a "**A Revolução das Vacas**" o ponto de partida para a sua fama. O seu compromisso com as raízes e a identidade cultural da nossa terra manteve-se sempre inalterado. Os seguidores do Bailinho sabem que, a cada espetáculo, serão transportados para um mundo de alegria, boa disposição e calor humano, onde o riso e a celebração estão garantidos.

Este grupo tem sido uma verdadeira celebração do humor e da música açoriana, mantendo a tradição, mas também inovando e modernizando-a de forma constante. O seu trabalho tem sido um pilar da cultura terceirense, e o Bailinho do Porto Judeu é, sem dúvida, um dos maiores embaixadores da nossa identidade cultural.

Que os próximos anos sejam igualmente brilhantes para o Bailinho, que continue a encantar novos públicos e a preservar a riqueza da nossa tradição, levando sempre a sua arte com talento, paixão e, acima de tudo, amor pela cultura açoriana. Parabéns pelos 25 anos de uma jornada repleta de sucessos, risos e, principalmente, de um imenso carinho pela nossa terra!

Os Grupos Municipais do Partido Socialista e da Coligação PPD/PSD.CDS-PP.PPM propõem à Assembleia Municipal reunida em sessão ordinária no dia 21 de fevereiro de 2025, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, a aprovação de um Voto de Congratulação pela passagem dos 25 anos de atividade, do grupo Fala Quem Sabe.

Do presente voto, deverá ser dado conhecimento à Junta de Freguesia da Vila de Porto Judeu, ao Bailinho do Porto Judeu e à Direção Regional da Cultura.

Angra do Heroísmo, 21 de fevereiro de 2025.

O Voto foi aprovado por unanimidade. (6/2025/AMAH).

2.2 – Voto de Congratulação à ACM – Associação Cristã da Mocidade, pela conquista de 28 medalhas no Campeonato de pista coberta de Atletismo. Para votação da Assembleia Municipal.

O senhor deputado municipal Bruno Fagundes, presidente da J. F. da Terra Chã, procedeu à leitura do voto em epígrafe:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

À ACM – ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DA MOCIDADE PELA CONQUISTA DE 28 MEDALHAS NACIONAIS NO CAMPEONATO NACIONAL DE PISTA COBERTA DE ATLETISMO

O Campeonato Nacional de Pista Coberta de Atletismo Adaptado é uma das competições mais importantes do calendário da ANDDI, reunindo atletas de todo o país e, no qual, os atletas da ACM – Associação Cristã da Mocidade arrecadaram 28 medalhas nacionais, resultado de um esforço e motivação significativos.

A Associação Cristã de Mocidade participou neste campeonato nacional, decorrido no passado mês de janeiro, em Braga, com 16 atletas, que se multiplicaram em 42 participações, ao longo de sete horas de competição.

Com uma participação vitoriosa, a comitiva da ACM – Associação Cristã da Mocidade alcançou 28 medalhas nacionais. Foram 12 medalhas de primeiro lugar, fruto dos desempenhos de Ana Filipe, José Ponte, Duarte Borges, Filipa Toste, Érica Nunes, Tânia Mendonça e Sara Lopes. Sete medalhas de segundo lugar, entregues a João Fialho, André Moniz, Érica Nunes, Tânia Mendonça, Yannick Coelho e Wilson Silva. Nove medalhas de

terceiro lugar, para Wilson Sousa, Francisco Sousa, João Medeiros, José Silva, Érico Mandibayev, Érica Nunes e Tânia Mendonça.

A conquista de pódios pela Associação Cristã de Mocidade é motivada pela capacidade de resiliência e de ultrapassar desafios e barreiras destes atletas, que registaram sempre uma atitude de competição positiva, de disciplina e de interajuda entre elementos de equipa e de socialização e convívio com os demais atletas participantes.

Estes resultados são, também, fruto de um compromisso com o exercício físico, com o estímulo físico e motivação, onde é fundamental o apoio dos técnicos, colaboradores e voluntários da Associação Cristã de Mocidade.

A Associação Cristã de Mocidade leva, assim, uma vez mais, o nome da freguesia da Terra Chã e de Angra do Heroísmo ao mais alto nível do desporto nacional adaptado, sendo um exemplo de superação e espírito vencedor.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, os Grupos Municipais do PPD/PSD.CDS-PP.PPM e do PS propõem à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, reunida em sessão ordinária de 21 de fevereiro de 2025, a aprovação de um voto de congratulação à ACM – Associação Cristã Da Mocidade pela Conquista de 28 Medalhas Nacionais no Campeonato Nacional De Pista Coberta De Atletismo (ANDDI).

Do presente voto, deverá ser dado conhecimento aos atletas e órgãos sociais da Associação Cristã de Mocidade, à Associação Nacional de Desporto para Desenvolvimento Intelectual, à Direção Regional do Desporto, à Assembleia de Freguesia da Terra Chã.

Angra do Heroísmo, 21 de fevereiro de 2025.

O Voto foi aprovado por unanimidade. (7/2025/AMAH).

2.3 – Voto de Congratulação à Unidade de Evacuação Aérea do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, pela distinção pela Ordem dos Enfermeiros, da equipa de enfermagem com o prémio Valor e Excelência 2024, na categoria prestação de cuidados. Para votação da Assembleia Municipal.

A senhora deputada municipal Luísa Barcelos procedeu à leitura do voto em epígrafe:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

À UNIDADE DE EVACUAÇÕES AÉREAS DO HOSPITAL DO SANTO ESPÍRITO DA ILHA TERCEIRA, PELA DISTINÇÃO DA EQUIPA DE ENFERMAGEM COM O PRÉMIO VALOR E EXCELÊNCIA 2024, NA CATEGORIA PRESTAÇÃO DE CUIDADOS PELA ORDEM DOS ENFERMEIROS

A III Convenção Internacional dos Enfermeiros, em novembro passado, motivou a distinção, a nível nacional, com o Prémio “Valor e Excelência”, na categoria “Prestação de Cuidados”, à Unidade de Evacuações do Hospital de Santo Espírito da ilha Terceira. Esta distinção, pela Ordem dos Enfermeiros, resulta de um reconhecimento da vasta experiência no transporte aéreo de doentes em estado crítico, prestado pela Unidade de Evacuações Aéreas do

Hospital de Santo Espírito da ilha Terceira, num exemplo de cooperação próxima com a Força Aérea Portuguesa.

A Unidade de Evacuações Aéreas foi criada no Hospital de Santo Espírito da ilha Terceira, a 14 de setembro de 1995, celebrando este ano trinta anos de atividade. Na sua génese e até hoje, reside a missão de garantir o transporte e acompanhamento de doentes urgentes e emergências por via aérea, acompanhados por uma equipa médica, entre as unidades da saúde da Região e entre os Açores e o continente português, sempre que se encontre ultrapassada a sua capacidade técnico funcional.

Estando sedeadada na ilha Terceira, esta Unidade de Evacuações Aéreas serve toda a Região, sendo composta por uma equipa multiprofissional, que asseguram um papel essencial para a salvaguarda da vida e do bem-estar dos utentes, mitigando a descontinuidade arquipelágica.

Esta Unidade, integrada no Serviço Regional de Saúde, conta com uma equipa de Enfermagem com 20 enfermeiros, dos quais 11 são especialistas em Enfermagem Médico-Cirúrgica e quatro são especialistas em Enfermagem de Saúde Materna e Obstetrícia.

Estes profissionais de saúde garantem, dia-a-dia, um atendimento de qualidade e de segurança, muitas vezes em circunstâncias complexas e de grande exigência, num compromisso inabalável pelo processo de cuidados de enfermagem à pessoa.

A par das competências clínicas avançadas, este serviço especializado implica a capacidade de tomada de decisão e resposta rápidas e eficazes, em circunstâncias de elevada pressão, que só é possível pelo apoio e parceria estreita com a Força Aérea Portuguesa e do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores.

No passado ano de 2024, a Unidade de Evacuações Aéreas do Hospital de Santo Espírito da ilha Terceira transportou 570 doentes. Uma marca impressionante e evidente da dedicação e excelência com que cumprem a sua missão, de forma comprometida para com o utente do Serviço Regional de Saúde, garantindo assistência de cuidados de emergência em todas as nove ilhas dos Açores, assumindo a centralidade geográfica da ilha Terceira.

Ao longo de quase 3 décadas, a Unidade de Evacuações Aéreas do Hospital de Santo Espírito da ilha Terceira tem dado provas evidentes da sua mais-valia, sendo exemplo recente os transportes aquando da Pandemia COVID-19 ou as transferências de doentes motivadas pelo incêndio no Hospital do Divino Espírito Santo, em Ponta Delgada, que originou um total de 75 evacuações aéreas no mês de maio de 2024, dentro e fora da Região.

Esta distinção pela Ordem dos Enfermeiros atesta, uma vez mais, a excelência da Unidade de Evacuações Aéreas do Hospital de Santo Espírito da ilha Terceira, num quotidiano de preparação técnica e psicológica, de esforço exaustivo para garantir um transporte aéreo de emergência com acesso a cuidados de saúde aos doentes do Serviço Regional de Saúde.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, os Grupos Municipais do PPD/PSD.CDS-PP.PPM e do PS propõem à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, reunida em sessão ordinária de 21 de fevereiro de 2025, a aprovação de um voto de congratulação à Unidade de Evacuações Aéreas do Hospital de Santo Espírito da ilha Terceira, pela Distinção da Equipa de Enfermagem com o Prémio “Valor e Excelência 2024”, na categoria “Prestação de cuidados”, pela Ordem dos Enfermeiros.

Do presente voto, deverá ser dado conhecimento à Unidade de Evacuações Aéreas do Hospital de Santo Espírito da ilha Terceira, ao Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, à Direção Regional da Saúde, à Secção Regional dos Açores

da Ordem dos Enfermeiros, à Força Aérea Portuguesa e ao Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores.

Angra do Heroísmo, 21 de fevereiro de 2025.

O Voto foi aprovado por unanimidade. (8/2025/AMAH).

2.4 – Voto de Pesar pelo falecimento de José Orlando da Rocha Barbeito. Para votação da Assembleia Municipal, por escrutínio secreto.

A senhora deputada municipal Magda Ávila procedeu à leitura do voto em epígrafe:

VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE JOSÉ BARBEITO

José Orlando da Rocha Barbeito, nascido a 22 de maio de 1961, veio a falecer no passado mês de dezembro, aos 63 anos de idade, repentinamente.

Uma perda imprevisível de um ser humano e profissional de saúde, querido por todos os que tiveram oportunidade de conviver com ele.

Natural da Praia da Vitória, José Barbeito licenciou-se em Medicina pela Faculdade de Ciência Médica da Universidade Nova de Lisboa, em 1987, tendo, posteriormente, se especializado em Medicina Geral e Familiar.

Após a conclusão do internato médico, José Barbeito integrou o quadro médico do Centro de Saúde de Angra do Heroísmo e foi aí que dedicou toda a sua vida profissional, como médico especialista em Medicina Geral e Familiar.

Médico dedicado, José Barbeito integrou a Unidade de Evacuações Aéreas Médicas dos Açores e a equipa do Serviço de Urgência do Hospital de Santo Espírito da ilha Terceira.

Foi médico relator do Centro de Prestações Pecuniárias de Angra do Heroísmo, substituto da Autoridade de Saúde de Angra do Heroísmo e membro da Comissão de Verificação de Incapacidades Temporárias do Centro de Saúde de Angra do Heroísmo.

Também foi orientador de formação de internatos médicos da sua especialidade e professor na Escola Superior de Enfermagem de Angra do Heroísmo.

Igualmente participou na coordenação do Plano Regional de Saúde entre 2014 e 2016 e na coordenação do Plano Assistencial Integrado da Diabetes do Centro de Saúde de Angra do Heroísmo.

Atualmente, José Barbeito desempenhava funções como Presidente do Conselho de Administração da Unidade de Saúde da ilha Terceira, cargo que ocupava desde 2021. Já havia presidido a esta unidade de Saúde, entre 1996 e 2005.

José Barbeito dedicou toda a sua vida à Medicina de comunidade.

Para todos os que com ele conviveram e trabalharam ao longo da sua vida, permanece o exemplo de um profissional íntegro, sério e empenhado pela saúde pública, com um elevado trato humano e cuidado ao próximo.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, os Grupos Municipais do PPD/PSD.CDS-PP.PPM e do PS propõem à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, reunida em sessão ordinária de 21 de fevereiro de 2025, a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento de José Barbeito.

Do presente voto, deverá ser dado conhecimento à sua família, à Unidade de Saúde da ilha Terceira, à Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social e à Ordem dos Médicos.

Angra do Heroísmo, 21 de fevereiro de 2025.

Após votação por escrutínio secreto, o Voto foi aprovado por unanimidade. (9/2025/AMAH).

2.5 – Voto de Louvor aos Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo. Para votação da Assembleia Municipal.

A senhora deputada municipal Marília Vargas procedeu à leitura do voto em epígrafe:

VOTO DE LOUVOR AOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ANGRA DO HEROÍSMO

No passado dia 6 de fevereiro, os Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo foram acionados para combater um incêndio numa unidade industrial do setor dos laticínios. Entre as diversas e numerosas ocorrências que fazem parte da sua realidade, esta intervenção revelou-se especialmente desafiante, não apenas devido à dimensão do sinistro, mas também pelo elevado grau de risco envolvido. A altura do edifício e a grande quantidade de material combustível presente nas instalações aumentaram significativamente a complexidade da operação.

Importa destacar que, ao falarmos de materiais combustíveis, referimo-nos não só aos combustíveis fósseis, mas também à própria matéria-prima ali processada – nomeadamente o leite em pó, altamente inflamável devido à sua composição química. Este cenário reunia todos os ingredientes para um desfecho potencialmente catastrófico, tanto em termos materiais como humanos. Felizmente, graças à rápida e eficaz resposta dos bombeiros, tal não se concretizou.

A atuação competente, habilidosa e, sobretudo, corajosa dos Bombeiros de Angra do Heroísmo foi determinante para minimizar os impactos do incêndio. A prontidão na resposta, a capacidade de decisão e a eficácia da estrutura de Comando foram fatores-chave na contenção da situação, evitando consequências mais graves.

É igualmente de salientar a visão estratégica desta corporação, que, ao aperceber-se do potencial de escalabilidade do incêndio, solicitou prontamente reforços aos Bombeiros Voluntários da Praia da Vitória. Esta mobilização adicional de meios traduziu-se numa maior rapidez no combate às chamas e na minimização dos danos.

Por fim, é essencial destacar o impacto do primeiro e único Grupo de Intervenção Permanente da região, integrado nos Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo e parcialmente

financiado pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo. A existência deste grupo revelou-se determinante para a rápida resolução do incidente e a eficaz mitigação dos seus efeitos.

Os Grupos Municipais do PS e da coligação PPP/PSD.CDS-PP.PPM, propõem à Assembleia Municipal reunida em sessão ordinária no dia 21 de Fevereiro de 2025, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, um Voto de Louvor aos Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo pela sua atuação corajosa no combate ao incêndio de 6 de fevereiro de 2025.

Este voto deve ser dado conhecimento à Associação Humanitária dos Bombeiros de Voluntários de Angra do Heroísmo, à Associação de Bombeiros Voluntários da Praia da Vitória, ao Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, à Secretaria Regional do Ambiente, à Federação dos Bombeiros dos Açores e Câmara Municipal da Praia da Vitória

Angra do Heroísmo, 21 de fevereiro de 2025.

Sr. presidente da Câmara – A Câmara Municipal, eu e os senhores vereadores associamo-nos a este voto que é bem merecido. Juntamente com a senhora vereadora Fátima Amorim, tive a oportunidade de assistir aos eventos e, de facto, os nossos bombeiros tiveram uma excelente atuação e salvaram o dia. Se o fogo tivesse alastrado, poderíamos ter tido uma verdadeira catástrofe no setor agrícola da nossa ilha. Os bombeiros merecem o nosso respeito e agradecimento e este Voto de Louvor é mais do que merecido.

O Voto foi aprovado por unanimidade, tendo a Câmara Municipal se associado ao mesmo. (10/2025/AMAH).

Sr. presidente da Mesa – Manda o regimento que informe a Assembleia que a próxima sessão ordinária irá ocorrer no dia 24 de abril. Antes de terminarmos os nossos trabalhos dou a palavra ao senhor deputado municipal Carlos Costa Neves.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Ao contrário do que é tradição nesta Assembleia Municipal, ponho-me de pé porque hoje é um dia muito especial para mim.

Começo por cumprimentar o senhor presidente da Assembleia e dizer-lhe que, quem quiser fazer bem este trabalho de presidente da Mesa de uma Assembleia Municipal, deve fazê-lo como o doutor Domingos Cunha. Excluindo o senhor presidente da Câmara Álamo de Meneses – não porque não tenha qualidades para isso, mas porque serão outros a ganhar as eleições – espero que os vindouros sigam o exemplo do doutor Domingos Cunha. Independentemente desta ironia – que espero saudável – cumprimento também quem está consigo na Mesa, a senhora deputada municipal Maria de Fátima Ferreira, a quem prefiro chamar Fátima Albino, e também a senhora deputada municipal Rita Santos, a Ritinha.

Cumprimento também todos os senhores membros desta Assembleia Municipal, independentemente de fazerem parte da bancada A, B ou C. Somos todos pessoas e estamos aqui a lutar por aquilo em que acreditamos, sem distinção de partidos e com opiniões diferentes, mas respeitando-nos quase sempre uns aos outros e fazendo aquilo que o povo

espera que façamos. Acho que aqui dentro nunca desiludimos o povo nem aquilo que o povo espera que façamos, ao contrário do que tenho visto noutras assembleias e noutros parlamentos que envergonha os respetivos participantes. Posso dizer que aqui todos devem estar orgulhosos pela forma como desenvolvem os seus mandatos nesta casa.

Quero cumprimentar também o senhor presidente da Câmara e cada um dos senhores vereadores porque todos desempenham bem os seus papéis em democracia; uns são oposição e outros são maioria o que, muitas vezes, leva a discussões devido a diferentes pontos de vista. Tanto quanto estou informado, tem sido também saudável o clima construtivo das reuniões de Câmara, a relação e a forma como discutem com respeito mútuo as principais questões da ilha Terceira. Penso que todos fizeram bem o seu papel, embora espere que nas próximas eleições se venha a reconhecer que a rotação democrática é muito importante. É importante não deixar as mesmas forças políticas muito tempo no poder. Como esta força política está no poder no concelho de Angra do Heroísmo há quase tanto tempo como o doutor Alberto João Jardim esteve na Madeira, espero que as coisas possam mudar nas próximas eleições para que haja um certo refrescamento, sem que tal implique um menor respeito pela senhora engenheira e vereadora Fátima Amorim por quem, há muitos anos, tenho um grande respeito e consideração.

Feitos estes cumprimentos, quero dizer-vos que o dia de hoje é para mim, simultaneamente um dia de mágoa, de tristeza e de alegria. É como as duas faces da moeda: tristeza por um lado e alegria pelo outro. Tristeza por quê? Porque participei ativamente durante 49 dos, cinquenta anos da nossa autonomia. Sempre senti que caminhava no sentido para onde a minha consciência mandava, sempre exerci o meu mandato com base na confiança pelo povo, com independência intelectual, da forma que entendi que o mesmo deveria ser exercido. É com mágoa que se termina uma vida pública de 49 anos, um sentimento que quero partilhar. Foram 49 anos da minha vida no serviço público em várias posições que ocupei e nunca esqueci aquilo que, para mim, é essencial.

Sou nascido em Angra, na Rua da Palha há exatamente 70 anos e faço 71 a 16 de junho de 2025. Sinto mágoa mas também uma grande alegria pela oportunidade de fazer esta minha última intervenção política nos Açores, exatamente no coração da cidade de Angra. Estou na Praça Velha, na Câmara Municipal, entre os principais representantes dos cidadãos angrenses e a cem ou duzentos metros da casa onde nasci. É para mim uma grande alegria poder fazer, na cidade de Angra do Heroísmo, esta intervenção que marca o final da minha vida pública nos Açores.

Não espero concorrer às eleições seguintes, porque as próximas serão já este ano, embora toda a gente fale muito nos candidatos à presidência da República. No meu entendimento, talvez as próximas eleições autárquicas nos finais de setembro, princípios de outubro, sejam mais importantes do que as eleições para a presidência da República em janeiro de 2026 mas, como se costuma dizer, dá mais «pica» falar nos almirantes, nos generais, nos alferes, nos tenentes, nos capitães, nos sargentos, naqueles com mais ou menos altura e nos que têm mais ou menos passado, do que falar numas eleições que envolvem milhares de pessoas em todo o país, que são as eleições autárquicas.

É para mim um grande orgulho fazer a minha última intervenção exatamente nesta casa, bem perto do Palácio dos Capitães Gerais onde tomei posse como Adjunto do primeiro Secretário Regional dos Assuntos Sociais. Ter começado a minha vida pública no Palácio dos Capitães Gerais e acabá-la na Assembleia Municipal de Angra de Heroísmo no edifício da Câmara Municipal, é efetivamente uma grande alegria.

Serei sempre da freguesia da Sé, vivendo na freguesia de São Mateus, no concelho de Angra de Heroísmo, na ilha Terceira, na região autónoma dos Açores, português com orgulho, cidadão do mundo. Nunca deixarei nenhuma destas minhas raízes e assim será por muitos anos que espero ainda viver, embora se possam transformar em poucos dias, dada a minha prolecta idade, mas tenho a doutora Marília Vargas para me salvar em caso de emergência.

Quero, do fundo do coração, fazer um agradecimento a todos por aquilo que foram para mim. Foi praticamente o que tive como atividade política durante os últimos três anos e meio, dediquei-me a esta causa com a ajuda de todos os que aqui estão e muito vos agradeço por isso.

A política pode ser a mais nobre das atividades; podemos sair dela em determinados momentos, mas ela nunca sairá de nós e é exatamente o meu sentimento. Tive a possibilidade de me afirmar como pessoa pelos meus concidadãos e pelo que escolhi ou não escolhi no exercício da política. Digo isto porque aos 22 anos de idade quando regressei à Terceira, nunca me passou pela cabeça vir a fazer quase toda uma vida na política.

Digamos que a vida tem mais imaginação do que o nosso pensamento. Nunca esperei vir a ser político quando tinha 18, 19 ou 20 anos, muito menos antes do 25 de abril de 1974, mas acabei por viver quase toda a minha vida na atividade política e tenho honra nisso. Tenho honra em ter estado 49 anos na política e ao serviço dos meus concidadãos. Acompanhei praticamente todo este processo de autonomia, por isso sinto que tenho legitimidade para vos dizer algumas coisas, que chocarão alguns, mas que outros acharão oportunas, por isso peço já desculpa a quem possa incomodar.

Terminado o meu curso na Universidade Clássica de Lisboa, cheguei à ilha Terceira em 1976. Estava casado e tinha um filho com um ano e meio de idade, que hoje é alguém e no próximo dia 4 de abril fará 50 anos. Acabei o curso como estudante trabalhador e funcionário público. Desde muito cedo com 19 anos, sei o que é trabalhar, sei o que é ter filhos e sei também o que é a função pública que, quando bem interpretada, é uma atividade muito honrosa.

Em 1 de setembro de 1976 comecei a trabalhar no DREPA, que no meu tempo era masculino mas passou a ser feminino e suponho que hoje é a DREPA. No meu tempo era o Departamento Regional de Estudos e Planeamento dos Açores. Quando comecei a trabalhar no DREPA com o doutor Artur Cunha de Oliveira que era o seu diretor, ainda não havia Governo Regional e estava em funções a Junta Regional dos Açores.

Tudo isto para vos dizer que tenho legitimidade para o que vou dizer a seguir. No dia 8 de setembro no Palácio da Conceição em Ponta Delgada, acompanhei a posse do I Governo Regional dos Açores e não era ainda militante do PSD, o que veio a acontecer a partir de 1977, por isso não sou dos que se podem honrar de dizer que são da fundação.

Tive também as minhas ilusões de extrema-esquerda, aliás porque não havia muito por onde escolher na Faculdade de Direito de Lisboa onde se apoiava o Partido Comunista Português ou se apoiava o MRPP. Quem não gostava do PCP, apoiava o MRPP. Apoiávamos o PCP «unidos venceremos» ou apoiávamos o MRPP «ousar lutar, ousar vencer». Escolhi «ousar lutar, ousar vencer» uma máxima que talvez me fique para toda a vida.

Desde o princípio que a autonomia representa o resultado de uma vontade dos açorianos, mas politicamente resulta de um compromisso dos habitantes de cada uma das nove ilhas. Só foi possível a autonomia na base da vontade dos açorianos e porque os políticos assumiram um compromisso em 1975-76, que hoje acho que não está a ser respeitado. O compromisso de 1976 para a criação da autonomia, dos órgãos próprios da autonomia, da Assembleia Legislativa Regional e do Governo Regional, é um compromisso que hoje está a ser apenas parcialmente respeitado.

Houve desde o princípio, uma grande discussão entre aquilo que deveria ser o desenvolvimento harmónico e o entendimento dos açorianos; que todas as ilhas seriam iguais apesar das suas diferenças, olhadas conforme as suas potencialidades e de acordo com o que podiam dar, mas também de acordo com as suas dificuldades. Todos sabemos que o Corvo não pode ser tratado como São Miguel, assim como as Flores não podem ser tratadas como a Terceira.

Hoje olha-se para a autonomia como se tudo estivesse resolvido e ela não tenha necessariamente que evoluir. Ora, não há nenhum organismo social que não tenha evoluído ao longo de cinquenta anos. Não pensem que se chegou ao modelo de autonomia de 1976 sem muito debate, muita negociação, muito compromisso, muitas tensões e muitas brigas, porque tudo isso existiu para que se chegasse ao compromisso a que se chegou, que sempre se confrontou com duas teorias: a teoria do desenvolvimento harmónico e a teoria da locomotiva. A teoria do desenvolvimento harmónico ia no sentido daquilo que cada ilha necessita em termos das suas potencialidades mesmo que, politicamente, fosse necessário atribuir-lhe mais do que ela significava em função da sua população. Em relação à ilha Graciosa, por exemplo, terá provavelmente que haver mais apoio público do que iniciativa privada e esse apoio público deve refletir-se na forma como o Governo Regional trata a ilha.

A outra teoria era a teoria da locomotiva em que a ilha maior que é São Miguel, devia puxar pelas outras oito carruagens e estas duas teorias sempre se confrontaram desde o início. Houve sempre quem defendesse a teoria da locomotiva, enquanto outros a combatiam e defendiam o desenvolvimento harmónico. Ora, durante pelo menos os primeiros trinta anos de autonomia, ganhou a teoria do desenvolvimento harmónico e a partir daí passou a ganhar a teoria da locomotiva. Poder-se-ia dizer que não faz diferença, que é uma resposta aos tempos e as posições evoluem, mas tal não é verdade porque a locomotiva não tem força para puxar as oito carruagens; muito gostaria que assim fosse mas, infelizmente, a ilha de São Miguel não tem essa força, teria que ter o triplo da população e o triplo da capacidade e seria preciso que fôssemos metade ou um terço do que somos, por exemplo aqui na Terceira, para que a locomotiva tivesse força suficiente para puxar pelas restantes oito carruagens, ou seja, pelas outras oito ilhas.

Foi um privilégio acompanhar o que se passou entre 1976 e 1994 quando assumi funções mais no exterior, ou seja, o ano em que fui eleito para o Parlamento Europeu; contudo, nunca deixei o meu compromisso para com os Açores, porque fui para o Parlamento Europeu indicado pelos Açores.

O debate foi muito duro. Para um membro do Governo, como também fui na altura, era mais difícil o debate no seio do nosso próprio grupo parlamentar, do que no Plenário com a oposição. Éramos confrontados com todas as situações, olhos nos olhos, cara na cara, com críticas muito diretas que nos ajudavam a ultrapassar os problemas e as dificuldades e a encontrar compromissos. Eram muitos duros os debates numa reunião do grupo parlamentar, assim com eram muito duras e extremamente complicadas as viagens estatutárias às ilhas. Dito isto, às vezes interrogo-me porque não há visitas estatutárias do Governo Regional a todas as ilhas, nomeadamente à ilha Terceira. Talvez fosse curioso ver os membros do Governo confrontados com o que o Conselho de Ilha lhes diria acerca das dificuldades, dos desafios ou das capacidades que temos na ilha Terceira.

Foram muito duros, todos esses momentos. Lembro com alguma ironia e saudade o dia em que, nas minhas funções como Secretário Regional dos Assuntos Sociais, resolvi dizer que estava de visita oficial a São Miguel, o que foi uma grande ofensa e até saiu nas primeiras páginas dos jornais: «*Costa Neves em visita oficial a São Miguel.*» Eu estava realmente em visita oficial a São Miguel porque a sede da minha Secretaria era em Angra, na ilha Terceira. Visita oficial a São Miguel? As visitas oficiais fazem-se às Flores, ao Corvo ou a Santa Maria, não se fazem à maior ilha dos Açores. Para mim era uma visita oficial a São Miguel, como seria para outros membros de Governo que vivessem em São Miguel e viessem à Terceira numa visita oficial.

Grão a grão, os centros políticos que existiam na Horta e em Angra do Heroísmo foram sendo concentrados em Ponta Delgada. Hoje o poder político está concentrado em Ponta Delgada. Por cá nem tanto, mas há muita gente no continente que pensa que há uma capital nos Açores e essa capital é Ponta Delgada. Bom, poderíamos defender que a capital é onde está o Bispo e o Bispo está em Angra ou que a capital é onde está o Parlamento Regional e o Parlamento Regional está na Horta. Com menos legitimidade defende-se que a capital é em Ponta Delgada porque lá está o presidente do Governo Regional mas, por esse tipo de raciocínio, a capital seria a cidade da Horta na ilha do Faial porque é lá que está o Parlamento Regional, assim como a Assembleia da República está na cidade de Lisboa.

É importante usarmos alguns exemplos concretos, que vou resumir, sem referir nenhum em particular. Lembrem-se do que tem sido nos últimos anos o porto da Praia da Vitória. Lembrem-se dos, muitos milhões de euros gastos na reparação e alargamento da capacidade do porto de Ponta Delgada e dos sucessivos governos que prometeram que teríamos o porto da Praia da Vitória considerado em função da sua posição geográfica central nos Açores. Pois, até agora nada disso foi considerado. Também vos digo que, de nada serve expandir o porto da Praia da Vitória, se não se mudar a política dos transportes marítimos. A luta pelo porto da Praia da Vitória não serve de nada se não mudarmos de políticas.

No debate que tivemos hoje aqui, de repente senti-me de acordo com as senhoras deputadas, Marília Vargas e Luísa Barcelos. Senti que ambas tinham razão quando falaram do hospital de Angra. Quero, portanto, apoiar as intervenções das senhoras deputadas, Marília Vargas e Luísa Barcelos e não tenham dúvidas que estamos a assistir a um momento de concentração do setor da saúde na cidade de Ponta Delgada na ilha de São Miguel. Aposto dobro contra singelo, que há um momento de concentração, aproveitando o incêndio que até veio causar grandes prejuízos e dificuldades a muitas pessoas. Aproveitando o momento político para o investimento, o hospital de Ponta Delgada mudou de perfil e a prazo o hospital de Angra ficará reduzido às especialidades básicas. Vai ter Medicina Interna, Obstetrícia e Cirurgia e a doutora Marília Vargas vai poder continuar no hospital. Tendo as três especialidades anteriores, vai ter também Anestesiologia e Pediatria. É isto que vai acontecer.

Temos tantas lições do passado. Como foi com a tripolaridade da Universidade dos Açores? Qual é neste momento a relação de força entre o Polo da Horta, o Polo de Angra e o Polo de Ponta Delegada? É exatamente isto que se vai passar no hospital de Angra e no hospital de Ponta Delegada.

Dou-vos ainda como exemplo a política de transportes marítimos. Temos esta posição central no arquipélago e o que é que acontece? A partir de que porto é que se faz a operação dos navios que vão a cada uma das ilhas? A partir do porto de Ponta Delgada.

Provavelmente já não verei mas, muitos dos que aqui estão mais novos do que eu, verão que haverá em São Miguel, um novo porto dedicado à atividade comercial para se passar para a atividade turística, o atual porto comercial de Ponta Delgada. Passará a ser uma espécie de porto do Funchal onde atracarão os cruzeiros e a atividade comercial será feita num porto, que eles entretanto farão. A atual política de transportes marítimos nos Açores está a conduzir para essa centralidade em Ponta Delgada.

Posso falar-vos também da operação da SATA em que tudo está feito para que o centro operacional seja em São Miguel. Tive a honra de ser presidente da companhia SATA, que foi fundada em São Miguel e admito que seja muito difícil mudar o seu centro de operações para a Terceira; no entanto, se tivesse sido fundada uns anos mais tarde por alguém que fizesse bem as contas, sendo o arquipélago uma região autónoma, mete-se pelos olhos dentro que o centro de operações da SATA ou dos transportes aéreos seria a ilha Terceira.

No meu tempo de Governo Regional houve uma grande discussão à volta da política aérea dos Açores. Dadas as suas tradições, a ilha de Santa Maria ambicionava continuar a ser o centro de operações do transporte aéreo e o Governo Regional decidiu pôr esse centro de operações na ilha Terceira. Os marienses diziam com alguma graça, mas também com uma grande previsão do futuro, que se viajaria de Santa Maria para Ponta Delgada via Terceira, e foi exatamente o que aconteceu porque, politicamente, assentou aqui durante uns tempos.

Lutei durante todo esse tempo contra a ideia impossível da locomotiva e não foram muitos mais os que também o fizeram porque muitos têm medo de serem qualificados como bairristas e é o que nos atiram imediatamente à cara: Bairrista! Bairrista com muita honra porque estou a defender a ideia original da autonomia dos Açores. Não estou a defender a minha ilha, estou a defender a ideia original dos Açores. É verdade que isso me trouxe

dissabores e castigos e é também verdade que fui muitas vezes posto à margem. Sendo incómodos, às vezes sofremos consequências mas «palavras, leva-as o vento». Se é que ainda vamos a tempo, só com mais determinação, coragem, atos que rompam e posições afirmativas e muito duras é que conseguiremos inverter o rumo das coisas.

Hoje é o dia de vos passar o testemunho. Seguirei com curiosidade o que aqui se passar, mas deixa de ser diretamente comigo. Passa a ser convosco, passa a ser com outros. Seguirei com a maior atenção como é que o testemunho vai sendo passado nesta corrida de estafetas. O que comecei a 11 de setembro de 1976, acaba hoje, acaba agora, acaba aqui e não posso deixar de o dizer com alguma emoção. 49 Anos depois passo-vos o testemunho. Acaba agora e aqui aquilo que foram esses 49 anos.

Durante estes últimos três anos e meio, na Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo e no Conselho de Ilha da Terceira, tentei ser o homem livre que sempre fui na minha vida e nunca defendi aqui uma posição por conveniência política; em todas as posições que defendi, acertando ou errando – porque acertei algumas vezes e erre outras – segui sempre a minha consciência e estive-me nas tintas para as instruções dos órgãos do partido; muitas vezes concordava com elas e outras vezes discordava, mas afirmando sempre a minha discordância com toda a lealdade. Se a maioria se encaminhava noutro sentido, eu seguia a maioria, mas sempre afirmei as minhas posições e também por isso me orgulho de ser um homem livre.

Fui ao doutor Google e copiei esta frase de um sítio qualquer: «*O açor estendido na nossa bandeira representa as ilhas numericamente definidas pelas nove estrelas de cinco raios de ouro.*» São nove estrelas. Não é por acaso que, quase todos os arquipélagos têm nos seus símbolos o número de estrelas que representam as ilhas. É assim em São Tomé e Príncipe onde há duas estrelas, é assim em Cabo Verde onde há dez estrelas e é assim nos Açores onde há nove estrelas que representam da mesma forma e com a mesma dimensão, as nove ilhas que compõem o nosso arquipélago. Não há uma estrela maior e uma estrela mais pequena. Não há uma estrela vermelha, uma estrela dourada e uma estrela azul. Há nove estrelas representando a igualdade política que deve existir entre nós.

Como vos disse, durante a vida acertei e erre muitas vezes e hoje tenho uma só certeza: «Antes morrer livres que em paz sujeitos.» Se esta frase significou alguma coisa no passado, no dia de hoje 21 de fevereiro de 2025 mantém o mesmo significado: «Antes morrer livres que em paz sujeitos.»

Termino como comecei, agradecendo-vos pelo que foram para mim durante estes três anos e meio. A todos vós, muito obrigado do fundo do coração. Muito obrigado.

Aplausos.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – la-me esquecendo de fazer uma referência, para mim indispensável. Há aqui dentro uma pessoa que passa despercebida; não conhecemos nem vemos o seu trabalho mas é quem prepara estas sessões da Assembleia Municipal; quem telefona – desculpem a expressão – a chatear porque ainda não viemos assinar os papéis, quem telefona para saber quem vai ser o substituto do senhor A ou da senhora B. É uma

pessoa por quem tenho grande consideração e respeito e aprecio muito o seu trabalho. Estou a falar da senhora Fernanda Santos. Muito obrigado.

Aplausos.

Sr. presidente da Câmara – Vou levantar-me também porque hoje é um dia especial. Quero agradecer ao doutor Carlos Costa Neves a participação, o esforço e a dedicação nas sessões da nossa Assembleia e também os debates democráticos, são e claros que aqui travámos, dizendo-lhe que o seu grupo, o grupo da minoria, vai ter dificuldades em arranjar quem o substitua no próximo mandato, portanto as coisas não vão ser fáceis. O senhor conseguiu trazer dinâmica a esta Assembleia Municipal e creio que falo em nome de todos deste lado. Agradeço-lhe os bons debates que aqui tivemos.

Aplausos.

Sra. vereadora Sandra Garcia – Boa tarde senhor presidente da Mesa da Assembleia Municipal e senhoras secretárias, senhor presidente da Câmara e restantes vereadores, senhores deputados municipais, meu querido amigo doutor Carlos Costa Neves.

Ouvimo-lo com muita atenção e é também com muita emoção que faço esta intervenção, agradecendo a sua lucidez e coragem mais uma vez demonstradas. As suas preocupações são decerto comungadas por muitos e tenho esperança que as coisas não sejam irreversíveis, até porque Angra tem tido a sorte de ter personalidades como V. Exa. cujo currículo em muito extravasa as fronteiras deste concelho. Nunca esqueceu a sua terra, a sua cidade, o seu concelho. Com a sua honestidade intelectual, referiu há pouco que o senhor presidente da Câmara foi um mega Secretário Regional e eu poderia acrescentar também o seu percurso académico e militar. Angra tem tido essa defesa com V. Exa., com o senhor presidente e outros, mas hoje trata-se de si.

Não conheço mais ninguém, pelo menos na região, que tenha o seu currículo. Desde Secretário Regional e Ministro do Governo a Eurodeputado, o senhor tem servido esta ilha, esta região e esta nação. Como cidadã angrense, açoriana e portuguesa agradeço-lhe sentidamente este serviço.

Hoje li de passagem algo que vem mesmo a propósito. A frase diz: «*Tenham cuidado com essa ideia de que todo o mundo é substituível.*» Existem pessoas que só aparecem no mundo uma vez e todos somos irrepetíveis, mas há vozes que fazem falta e a sua fará sempre.

Agradecendo-lhe o serviço que prestou ao longo destes anos, não tenho a menor dúvida que, com este novo cargo como Secretário-Geral do Governo, vai continuar a defender os interesses da nação e nunca deixará de ter em mente os interesses da sua ilha e da sua região. Muita sorte nestas suas novas funções e bem-haja.

Aplausos.

Sra. d. m. Marília Vargas – O senhor deputado doutor Carlos Costa Neves começou a sua intervenção com um momento de campanha, por isso também tenho direito de antena para o meu momento de campanha.

Como se diz no futebol, em equipa que ganha não se mexe, porquê mudar se esta equipa do executivo se tem portado tão bem e o nosso concelho tem sido tão bem gerido? O tempo é relativo, neste caso, doze anos não me parecem muito tempo e uma continuidade vai fazer muito bem a este concelho.

Ainda não tive oportunidade para o fazer, por isso quero felicitá-lo pela sua recente nomeação e desejar-lhe os maiores sucessos no seu cargo. Apesar de pertencermos a partidos diferentes, é um orgulho termos um açoriano terceirense no Governo da República.

Com a sua carreira e experiência política, o senhor trouxe elevação a esta Assembleia. Por estarmos em bancadas diferentes, são perfeitamente normais as nossas discordâncias, mas também concordámos muitas vezes, normalmente na defesa dos interesses da ilha Terceira, e nesse ponto também me considero um bocadinho bairrista. Como disse a doutora Sandra Garcia, alguns de nós são uns resistentes bairristas e tenho esperança que estas situações sejam reversíveis.

Quero dizer também que, durante estes três anos e meio, as nossas ligações como líderes das bancadas foram muito boas e cordiais e foi um prazer privar consigo. Foi criada aqui uma ligação muito interessante e uma amizade que prezo, que já tinha alguns laços. Temos ali no público a sua filha e o seu genro, que aproveito para cumprimentar, pessoas de quem gosto muito e conheço há bastante tempo. Desejo-lhe mais uma vez, votos de muito sucesso e foi um prazer privar consigo. Um bem-haja para si.

Sr. presidente da Mesa – Senhoras e senhores deputados municipais, senhor presidente da Câmara e senhoras e senhores vereadores, meu caro deputado municipal Carlos Costa Neves. Permitam-me que também diga «amigo» porque somos da mesma geração e vou fazer aqui uma confidência. Conhecemo-nos curiosamente no campo de jogos da Terra Chã onde o senhor deputado Carlos Costa Neves era guarda-redes do Boavista da Ribeirinha e eu era um jogador da equipa do hospital de Angra. Foi a partir daí que nos fomos conhecendo e também por razões de ordem familiar, uma vez que o pai do doutor Carlos Costa Neves foi colega da minha mãe, portanto era um grande amigo e aviva aqui situações de saudade.

Em nome da Mesa da Assembleia Municipal e em meu nome, quero dar uma palavra ao doutor Carlos Costa Neves na qualidade de deputado municipal da sua cidade Angra do Heroísmo, da sua ilha e da sua região. Quero agradecer-lhe o elogio amável que me fez, que não é de todo merecido, mas compreendo a intenção. Agradeço-lhe ainda por, ao longo destes três anos e meio, ter sido também para mim um pilar onde juntou conhecimento, experiência, bom senso e serenidade, sempre com a intenção de conciliar opiniões na salvaguarda dos interesses de Angra em particular e da ilha Terceira em geral.

Costumo dizer que a vida é feita de ciclos e este é um ciclo que se fecha para o doutor Carlos Costa Neves, mas outro se abrirá e nele desejo as maiores felicidades e o maior sucesso. Que continue sempre ativo, atento e alerta àquilo que se vai passar no país e particularmente na nossa região.

Em meu nome e em nome da Mesa da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, quero deixar-lhe mais uma vez uma palavra de agradecimento pelo trabalho que desenvolveu ao longo de 49 anos em defesa dos interesses dos Açores, da Terceira, de Angra e da nossa autonomia, assim como a forma elevada com que defendeu os Açores nos vários areópagos onde esteve e participou. Penso que todos somos devedores de uma palavra de agradecimento pelo que fez por todos e pelos Açores em particular e que assim continue.

Doutor Carlos Costa Neves, deixo-lhe aqui um abraço cordial de agradecimento. Desejo-lhe as maiores felicidades e muito sucesso, mas sobretudo muita saúde sempre, porque com saúde tudo se faz. Muito obrigado.

Aplausos.

A senhora deputada municipal Rita Belo Santos, na qualidade de 2.ª secretária da Mesa, procedeu à leitura da minuta das deliberações, que foi aprovada por unanimidade.

Sr. presidente da Mesa – Concluimos os nossos trabalhos. Relembro que a próxima sessão da Assembleia Municipal ocorrerá no dia 24 de abril. Desejo a todos a continuação de uma boa tarde e um bom fim de semana com muita saúde e determinação. Um abraço cordial ao senhor deputado Carlos Costa Neves e até um dia destes.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão por volta das 13h55min do dia 21 de fevereiro de 2025, da qual se lavrou a presente ata que vai assinada pelo presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo.

O presidente da Mesa da Assembleia Municipal

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha